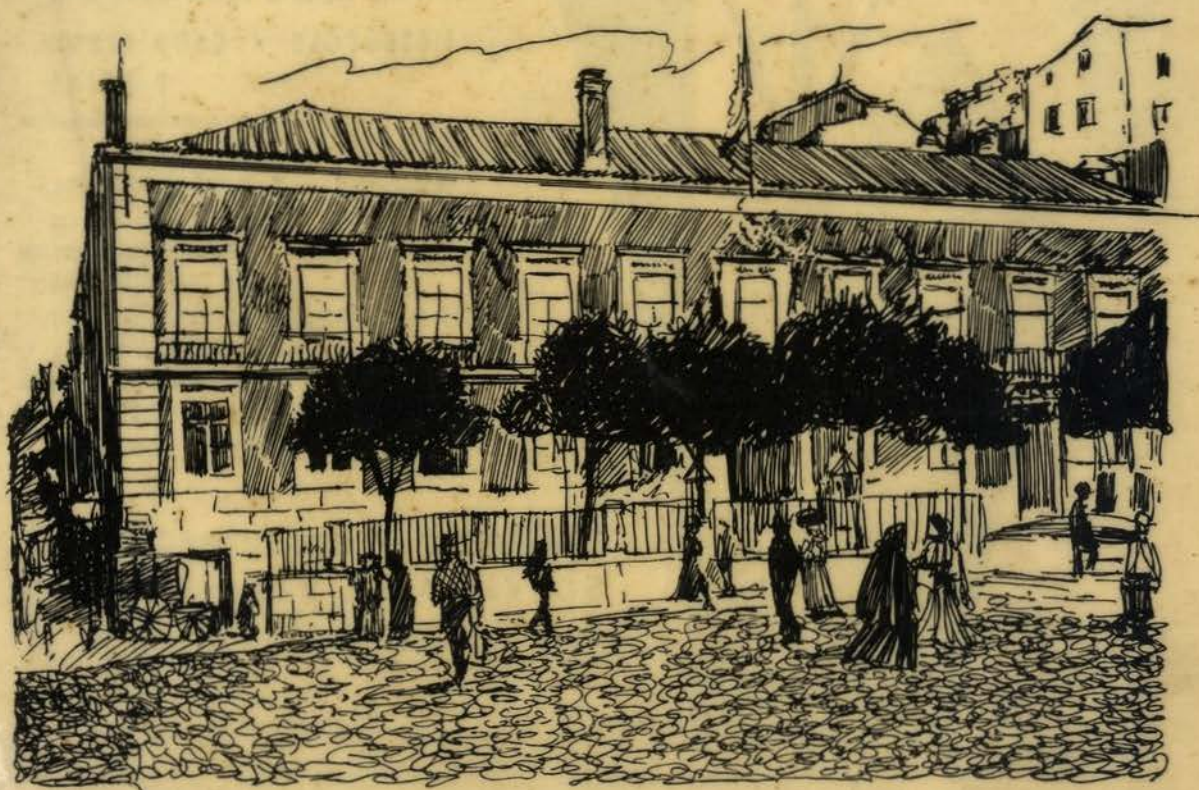


OLISIPO



*Boletim Trimestral do Grupo
Amigos de Lisboa*

25 Anos
de
Cultura Olisiponense



ANO XXIV

N.º 94

ABRIL DE 1961



S.G.

SOCIEDADE GERAL

**DE
COMÉRCIO,
INDÚSTRIA
E
TRANSPORTES**

CARREIRAS REGULARES

**DIAS 10, 15 e 25 DE CADA MÊS
METRÓPOLE • CABO VERDE
E GUINÉ**

MENSAIS

**METRÓPOLE • S. TOMÉ E PRÍNCIPE
E A N G O L A**

DE 21 EM 21 DIAS

**NORTE DA EUROPA • LISBOA, MATADI
E A N G O L A**

SEMANAIS

ANVERS • PORTUGAL

**TRAMPING • CONSIGNAÇÕES
SERVIÇO DE REBOQUES
D E A L T O M A R**

**LISBOA • RUA DOS DOURADORES, 11 • TELEF. 26314 • 34513 • TELEG. GERAL
PORTO • RUA SÁ DA BANDEIRA, 82 • TELEF. 27363 • TELEG. SABÕES**

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Vice-Presidente

Com. Álvaro Morna

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Le Baron Pierre Bonvoisin

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

Major João Tarujo Nunes Correia

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Sílvio Guimarães

SENA SUGAR ESTATES, LTD.

Plantações e Fábricas de Açúcar em

LUABO

e

MARROMEU

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

COMPANHIA
DE SEGUROS
FIDELIDADE



SEGUROS EM TODOS OS RAMOS

CAPITAL E RESERVAS

Esc. 364.342.213\$74

CORRESPONDENTES EM TODO O PAIS

Sede: Largo do Corpo Santo, 13 - Lisboa - Tel. 2 03 81

Oferta
27. JUL. 1988

M.

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXIV

ABRIL DE 1961

NÚMERO 94

Director, o Presidente da Junta Directiva
FERNANDO FREITAS SIMÕES

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 2 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16
Direcção gráfica de Luís Moita



SUMÁRIO

	Pág.
CA DE QUEIROZ E O CHIADO por <i>Luís d'Oliveira Guimarães</i>	35
CAMILO CASTELO BRANCO - Alguns episódios pouco conhecidos ou já esquecidos da sua vida por <i>Nuno Catarino Cardoso</i>	43
O OBSERVATÓRIO ASTRONÓMICO DE LISBOA por <i>Alfredo Ferreira do Nascimento</i>	59
DUAS PÁGINAS DA HISTÓRIA DO TAURÓDROMO DO CAMPO PEQUENO por <i>Francisco Cândia</i>	75
ALOCUÇÃO proferida no acto da posse de Presidente da Assem- bleia-Geral pelo Prof. Doutor <i>Raul de Carvalho</i>	83
OS PRIMÓRDIOS DA FUNDAÇÃO DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» por <i>Teodoro Lopes Ramos</i>	88
PALAVRAS, proferidas em 27 de Março, no acto da posse dos Corpos Gerentes pelo Doutor <i>Eduardo Neves</i>	93
ACTIVIDADE CULTURAL do último trimestre	95
ASSEMBLEIA-GERAL DE 1961 - Relatórios da Junta Directiva e da Comissão de Contas do ano de 1960 (<i>último do triénio de 1958/1960</i>)	99
LISTA DOS ACTUAIS CORPOS GERENTES para o triénio de 1961/1963	106
FEIRA DA LADRA	109
CAPA: Palácio da Restauração, século XVII - Desenho sobre uma velha fotografia, do Pintor <i>Figueiredo Sobral</i>	
VINHETAS de <i>Figueiredo Sobral</i>	

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores



LUIS DE OLIVEIRA GUIMARÃES efectuou, no dia 23 de Fevereiro e no Grupo «Amigos de Lisboa», uma conferência sobre *Eça de Queiroz e o Chiado*. A conferência não foi escrita, mas podemos dar hoje uma reconstituição tanto quanto possível aproximada, revista pelo conferencista.

Eça de Queiroz e o Chiado

O meu velho amigo Dr. Eduardo Neves, secretário-geral do Grupo dos Amigos de Lisboa, por mais de uma vez teve a amabilidade de pedir-me que viesse aqui fazer uma conferência. A minha vida, sempre tão absorvente, só agora me permitiu satisfazer esse pedido. Mais vale tarde do que nunca, — diz o provérbio. Creio que, no meu caso, mais valeria nunca do que tarde. Mas aqui estou, não porque a minha frágil oratória possa trazer qualquer brilho a esta sala, mas porque seria indelicado da minha parte deixar de vir aqui — eu que sou fervoroso amigo de Lisboa, senão pela circunstância do nascimento, pelo affecto do coração. Já tenho ouvido (e até já tenho lido) que nasci no Chiado entre a porta da Brasileira e a porta da Bertrand. Não. Eu não nasci no Chiado; não nasci em Lisboa sequer: nasci numa pequena aldeia, hoje vila, a duas dezenas de quilómetros de Coimbra. Entretanto, se nunca esqueço a terra onde nasci, nem por isso deixo de sentir-me ligado a Lisboa, onde resido, por um effectuoso convívio de cinquenta anos. Cinquenta anos não serão nada na existência do Mundo; são, porém, imenso na existência de alguém. Afirma-se que o tempo faz esquecer muitas coisas. Mas quantas outras permite recordar! Agora mesmo estou a recordar-me que foi, precisamente, em Fevereiro de há um quarto de século, que se fundou este grupo de amigos da cidade. A ideia surgiu, pela primeira vez, numa carta assinada por «dois lisboetas», dirigida ao jornal *O Século*, em 1917; em todo o

caso, só dezanove anos depois, ou seja em 1936 (como é, por vezes, longa a distância entre o que se pensa e o que se realiza!), essa ideia, sem dúvida feliz, se concretizou e efectivou. A minha vinda aqui coincide, por consequência, com a celebração das bodas de prata desta instituição — que, não obstante estar ainda na mocidade (o que são os vinte e cinco anos nas instituições e nas mulheres senão a mocidade plena!) já tem suficientes motivos para se orgulhar da obra realizada em prol dos interesses e das curiosidades lisiponenses. Que me seja permitido, pois, antes de prosseguir, erguer a minha taça espiritual pelas virtudes e pelas venturas da ilustre senhora em cuja casa nos encontramos.

★

Nem sempre é fácil escolher o tema para uma conferência — sobretudo se é mau o conferencista. Quando o conferencista é bom pode haver temas melhores ou piores, mas não há absolutamente temas maus. O mesmo sucede no teatro. Pode ser deficiente o tema de uma peça: se o dramaturgo ou o comediógrafo o são de verdade, a pobreza do tema se enriquecerá. Conferencista mau como sou, a minha única defesa consiste em descobrir um tema bom, procurando que o brilho desse tema ilumine, tanto quanto possível, a obscuridade do orador. Eça de Queiroz e o Chiado, afigurou-se-me um tema que serviria os meus desígnios. A despeito de todos os modernismos literários, Eça de Queiroz continua a ser um escritor em foco; a despeito de todos os progressos urbanísticos, o Chiado continua a ser a capital de Lisboa. Poderia, aliás, neste momento, aplicar a mim próprio o dito de Camilo a um verzejador que dedicara um péssimo soneto a uma linda mulher:

— Quando as Musas são bonitas, que importa que os poetas sejam maus!

É pena que ninguém se tivesse abalanchado ainda a fazer a história do Chiado. Seria, por certo, uma das mais pitorescas e sugestivas narrações, não só da história de Lisboa, mas da história de Portugal. Levaria tempo, mas valeria a pena. Pelo menos devia fazer-se uma antologia do muito que se tem escrito, em prosa e verso, sobre o Chiado. Efectivamente, quantos dos nossos escritores e dos nossos poetas não escolheram o Chiado como motivo inspirador ou como fundo cenográfico! Um desses escritores e, sem dúvida, dos maiores, foi Eça de Queiroz.

Como sabem Eça de Queiroz nasceu na Póvoa de Varzim. Cresceu; entrou nos estudos; e, aos dezasseis anos, findos os preparatórios matri-

culou-se em Coimbra, em Direito. Cinco anos depois, concluído o curso, Eça, com a carta de bacharel enfiada num canudo, disse adeus aos campos do Mondego — e veio para Lisboa. Estava-se no verão de 1866. Seus pais viviam no último andar dum prédio do Rossio (que tinha, e ainda hoje tem, o número 26) e o quarto que fora destinado ao jovem bacharel deitava sobre a Rua do Príncipe, hoje Rua 1.º de Dezembro. No dia seguinte, Eça, já refeito da viagem, levantou-se bem disposto, enfiou uma *robe-de-chambre*, pôs as lunetas (nesse tempo ainda não usava monóculo), subiu a vidraça e encostou-se ao peitoril da janela a respirar o ar lisboeta. Depois do almoço enfiou a sobrecasaca e o chapéu alto, pegou na badine (sobrecasaca, chapéu alto e badine eram então moda) e desceu ao Rossio para dar uma volta pela cidade. Lentamente Eça de Queiroz foi caminhando para os lados do *D. Maria*; deteve-se, um momento, em frente do teatro; em seguida, entrou no Martinho. Quinze, vinte chapéus altos acumulavam-se entre os espelhos doirados sob uma névoa de fumo de tabaco. Não se demorou. Mas, justamente, ao sair, surgiu-lhe, num rompante, duma das mesas, um seu companheiro de Coimbra, nada mais, nada menos que Manuel de Arriaga. Abraçaram-se, trocaram impressões e, como nem um, nem outro, tinham que fazer, foram deambulando vagarosamente. Menos de uma hora depois estavam na Havaneza a comprar charutos e o futuro romancista do *Primo Basílio* e dos *Maias* era apresentado ao Chiado — que já conhecia de nome, mas que não conhecia ainda pessoalmente. Desde essa tarde ele e o Chiado ficaram amigos.

★

Durante largo tempo, ligou-se o nome de Chiado — a conhecidíssima artéria alfacinha — ao nome de certo poeta jocoso, António Ribeiro Chiado, que viveu no século XVI, que teria residido por ali perto e cujo vulto de bronze acabou por ser investido, há umas dezenas de anos, por decisão camarária, na presidência do local. Entretanto, há quem diga que a origem do nome da rua nada tem com o nome do poeta. Com efeito, em 1901, o ilustre escritor e investigador Alberto Pimentel encontrou um documento, datado de 1567, mencionando um tal Gaspar Dias, de alcunha o «Chiado», como possuidor de uma taberna que se situava um pouco acima da esquina da actual Rua do Carmo para a Rua Garrett. Seria a alcunha do taberneiro que se comunicou ao local onde se situava a taberna. O próprio Alberto Pimentel não hesitava em comentar, a propósito, que, num país em que abundam os cultores de Baco e escasseiam os cultores

de Apolo, não é de admirar que, por vezes, os taberneiros se tornem mais conhecidos do que os poetas. Porque teria sido Gaspar Dias alcunhado de «Chiado», assente que as alcunhas possuem sempre um fundamento melhor ou pior? Se nos lembrarmos que o termo «chiado» é sinónimo de astuto, de ladino, de malicioso, encontraremos talvez a explicação da alcunha posta ao taberneiro. Uma circunstância a assinalar é que, falecido ele, a viúva, tendo ficado à testa do estabelecimento, passou a ser conhecida pela «Chiada», decerto como homenagem póstuma ao marido. Seja, porém, o Chiado-poeta ou o Chiado-taberneiro, o tronco genealógico do «Chiado»-artéria, o certo é que esta toponímia data do terceiro quartel do século XVI e, apesar das transformações que, desde então, o local sofreu, a designação não só se manteve como ainda ganhou terreno. Um belo dia, por sugestão de Francisco Gomes de Amorim, grande amigo e biógrafo de Almeida Garrett, ao Chiado foi dado o nome de «Rua Garrett». Não deixava de ser uma homenagem duplamente significativa dar à rua, que se tornara a mais elegante da cidade, o nome, não só de um notabilíssimo escritor, mas de um homem invulgarmente elegante de espírito, de maneiras e de «toilette». Simplesmente, a despeito da auréola do homenageado, a toponímia oficial, como em regra sucede, não conseguiu ofuscar a toponímia tradicional. O próprio Garrett, se o pudessem ter ouvido, manifestar-se-ia contrário à mudança do nome, não só como preito à modéstia, mas como preito às tradições cujo culto professava. Não cuidemos de saber se o Chiado é, ou não é, panorâmicamente, uma beleza. Lembro-me de ouvir uma ocasião, Brito Camacho chamar-lhe «feia ladeira vaidosa». Qualquer que seja, porém, a sua beleza panorâmica, o que ele possui, indubitavelmente, é um cunho especial que o caracteriza. A Calçada da Estrela representará a Política; o Terreiro do Paço representará a Burocracia; a Rua dos Capelistas representará a Finança; o Chiado representa o bom-tom. Entre nós, é ele que pontifica na literatura e na arte; que simboliza a distinção; que orienta a moda. Os homens de letras escrevem para o Chiado; os «dandies» apuram-se para o Chiado; as senhoras vestem-se — ou talvez, hoje, com mais propriedade — despem-se para o Chiado. O Chiado, com as suas livrarias, os seus cafés, as suas lojas de modas, as suas esquinas, as suas portas célebres, mais do que uma rua, ainda que a mais afamada de Lisboa, tornou-se uma verdadeira instituição nacional, direi mesmo um verdadeiro Estado em que o Café Chiado é a sede do Governo; a Brasileira, o Parlamento; a Bertrand, a Academia; os Már-

tires, a Cathedral. Há quem afirme que o Chiado já não é o que era dantes. Trata-se de uma afirmação que está longe de ser nova. Já, há setenta e quatro anos, Beldemónio asseverava que só a literatura ainda fazia crer que o autêntico Chiado, rico, nobre, espirituoso, flamante, existia. Ora o certo é que o Chiado continua a existir, não só na literatura, mas na vida real; se tem mudado, tem mudado menos que muitos supõem e, mesmo assim, mais na «toilette» que no carácter; e, posto que Lisboa haja alargado



O Chiado do século passado

as suas perspectivas em novas avenidas, novas ruas, novas praças, o Chiado ainda não deixou (e, porventura, não deixará nunca) de manter o ceptro do seu principado. Seria longo analisar as circunstâncias em que o Chiado, de descendência popular, se afidalgou, se ajanotou e ascendeu à entidade ilustre e preponderante que todos nós conhecemos. Limitemo-nos a constatar o facto, curvemo-nos perante ele e digamos como Jaime de Seguiet sempre que entrava no Chiado:

— Salve, Excelência!

Não ignoram que Eça de Queiroz, embora planeasse advogar em Lisboa, acabou por seguir a carreira diplomática. D'aí nunca ter residido em Lisboa, a não ser eventualmente. Mas, mal conheceu Lisboa, enamorou-se dela e naturalizou-se lisboeta. Considerava-se mesmo um produto alfacinha. Ele próprio o dizia, alegremente, a Ramalho que, aliás, também não era de Lisboa:

— Paris deu a Revolução, Londres deu Shakespeare, Viena deu Mozart, Berlim deu Kant, Lisboa deu-nos a nós!

Não deixará de ser curioso notar que nem todos os que nascem em Lisboa são lisboetas; e que, em contrapartida, há lisboetas nascidos fora de portas, alguns a setenta léguas de distância da capital. Eça de Queiroz pertencia a este número. Não obstante as belas cidades que conheceu nunca se deixou prender ou fascinar senão pela cidade do Tejo. Eça amou Lisboa; amou-a, não só como escritor mas como homem; amou-a, não só nas suas qualidades, mas, segundo notou Maria Amália Vaz de Carvalho, nos seus próprios defeitos; e, se nos reportarmos ao autorizado testemunho dum dos seus amigos mais íntimos, podemos afirmar que Lisboa foi para ele, não somente o seu laboratório de arte, a sua preocupação de crítico, o seu mundo de homem de letras, mas o seu vício, a sua tendência, o seu destino — a sua mulher fatal. Verificou-se, entretanto, com Eça de Queiroz relativamente a Lisboa o que se verifica com a maioria dos homens relativamente às mulheres de quem gostam: embora gostando da mulher toda não deixam de ter as suas preferências por um ou outro pormenor. Sem dúvida, Eça gostava de Lisboa no seu conjunto, a despeito das críticas que, por vezes, lhe fazia; mas não escondia as suas preferências pelo Chiado. «Ainda não há nada como o sol do Chiado!» dizia ele, certa tarde, ao conde de Sabugosa. A António Cândido confessava: «De todas as viagens que tenho feito, é das minhas viagens no Chiado que guardo mais afectuosas recordações.» Se nos lembrarmos que Eça de Queiroz foi, estruturalmente, um homem de bom-tom, quer na sua pessoa, quer na sua *toilette*, quer no seu estilo, não teremos dificuldade em explicar que ele e o Chiado hajam mantido, durante perto de trinta anos, tão boas relações. João Chagas não hesitou mesmo em chamar, um dia, a Eça de Queiroz «um homem do Chiado» e Augusto de Castro ainda não há muito escreveu que Eça, quando vinha a Lisboa, era no Chiado que se hospedava, de monóculo e polainas. À parte o que possa haver de simbólico nestas afirmações, o facto é que Eça e o Chiado se tornaram íntimos e o grande escritor nunca passava por Lisboa que não entretivesse com o Chiado demorados colóquios. Em regra, era, de tarde,

à porta da Havaneza, que se encontravam: Eça, de fraque ou de sobreca-saca, sempre a pôr e a tirar o monóculo; o Chiado, de paletó, sempre a calçar e a descalçar as luvas. A certa altura, pontualmente, aparecia Ramalho, fumegando o charuto. A conversa animava-se mais ainda. Quando a tarde findava, desciam vagarosamente, paravam nas montras, cumprimentavam as pessoas conhecidas. Uma vez em que gastaram quase três horas da Havaneza à esquina da Rua do Carmo, Eça, ao virar a esquina, viu o relógio e murmurou, suspirando, para Ramalho:

— É pena que o nosso comboio não tenha *wagon-restaurant*...

Se o Chiado quizesse escrever as suas memórias, quantos ditos, quantas anedotas, quantas aventuras literárias e mundanas, poderia contar de Eça de Queiroz! Que me seja, neste momento, permitido recordar, por significativo, um episódio ocorrido, certa noite, após uma ceia, regada a champagne, no *Augusto* da Travessa das Portas de Santa Catarina, hoje Travessa da Trindade. O grupo dos comensais — a fina-flor das letras — saiu do *Augusto*, atravessou o Largo das Duas Igrejas e deteve-se em frente do monumento ao épico. Então Eça de Queiroz, que chefiava o grupo, erguendo a palavra, saudou o poeta de bronze e, ao findar a saudação, voltando-se para o Chiado silencioso, exclamou, num gesto amplo:

— E a ti, meu velho e querido Chiado, dir-te-ei apenas: bem mereces o teu Camões!

★

Não é sem razão que se diz que o espírito de Eça de Queiroz se reflectiu no Chiado. Mas não é sem razão que se poderá dizer, igualmente, que a fisionomia do Chiado se reflectiu na obra de Eça de Queiroz. Bastam algumas citações para o comprovar. Logo no começo da sua carreira literária, num dos folhetins da *Gazeta de Portugal*, Eça não hesitava em proclamar: «Há sítios que dão aos que os pisam, uma individualidade. O lajedo e a cantaria consagram espíritos. Por exemplo, encontrar-se no Chiado significa ter a fina flor da graça, a vivacidade conceituosa, costumes dissipados.» O epílogo do *Crime do Padre Amaro* decorre no Chiado. No *Primo Basílio* lá aparece o Chiado. É mesmo ao cimo do Chiado que — facto culminante na acção do romance — Luísa toma o *coupé* para ir encontrar-se, pela primeira vez, com Basílio, no refrigio *Paraíso*. Nos *Maias*, e o mesmo na *Capital*, o Chiado dir-se-ia surgir, não já como um mero fundo cenográfico, mas como uma espécie de personagem viva que assoma, a cada passo, nos hotéis, nos restaurantes, nos clubes, nas livrarias, nas lojas de modas, que o romancista descreve.

O *Conde de Abranhos* é um frequentador do Chiado. O *Godofredo*, protagonista do *Alves e C.^a*, nunca deixa de descer e subir o Chiado quando vai ou vem do escritório. Ainda nas obras em que Eça de Queiroz nos não fala, expressamente, do Chiado — o Chiado adivinha-se, sente-se como a expressão dominante da cidade. Se Eça de Queiroz deve alguma coisa ao Chiado infinitamente mais o Chiado deve a Eça de Queiroz, — porque lhe deve a honra de o ter tido como um dos mais encantadores, senão o mais encantador, dos seus cronistas.

A última vez que Ramalho Ortigão esteve com Eça de Queiroz foi em Glion, perto de Genebra. Eça, então cônsul em Paris, sentindo-se pior da doença que, há muito, o abalava, pediu, por conselho médico, umas semanas de licença, e decidiu gozá-las na Suíça, com o seu «querido Ramalho» que, a férias na capital francesa, se ofereceu para o acompanhar. Uma tarde, em Glion, Eça falou-lhe do seu projecto de vir passar uma temporada a Portugal.

— Estou a precisar de um bocado de Chiado ... — disse-lhe o romancista.

Ramalho riu-se.

— Você riu-se? — murmurou Eça, acendendo um cigarro. — Pois olhe que já lá curei duas constipações que são das piores doenças que existem!

A morte implacável não o deixou, porém, voltar ao Chiado: simplesmente para o Chiado literário, Eça de Queiroz, vivo e fulgurante, continua, assestando o monóculo e floreteando a *badine*, à porta da Havaneza.



CAMILO CASTELO BRANCO

Alguns episódios pouco conhecidos ou já esquecidos da sua vida

por NUNO CATHARINO CARDOSO

A vida de Camilo Castelo Branco é mais difícil de escrever do que a princípio parece. Cheia de mil pormenores a relatar, a obra definitiva de Camilo está ainda por fazer.

Ventura Abrantes, falecido livreiro-editor, tentou estudar a Vida e a Obra de Camilo num *In Memoriam* que publicou, colaborado por muitos camilianistas ilustres, mas não o conseguiu, tão vasta e diversa é a obra de Camilo.

Eu tive a honra de figurar nesse *In Memoriam* e de ser citado nele quatro vezes.

★

Camilo Castelo Branco nasceu em Lisboa, a 16 de Março de 1825 e não em 16 de Março de 1826, como por lapso indicou ao seu admirador e biógrafo, o Padre Sena Freitas, em 1866, quarenta e um anos depois, o que justifica a confusão havida.

Durante muitos anos julgou-se que Camilo tinha nascido no Largo do Carmo, conforme uma lápida que ali estava.

Mas, posteriormente, o falecido camilianista Ludovico de Meneses apurou que o nascimento de Camilo foi na Rua da Rosa, no Bairro-Alto, onde há a correspondente lápida comemorativa desse facto.

Em Lisboa nasceram, como se sabe, o Grande Santo António, João das Regras, D. João de Castro, Francisco de Holanda, P.^e António Vieira, António Feliciano de Castilho, etc., etc., todos homens muito ilustres que, sobremodo, honram Lisboa.

A vida de Camilo Castelo Branco foi durante sessenta e cinco anos o mais agitada e extraordinária que podia ser.

Vejamos alguns factos que o comprovam, relatados em pequenos capítulos.

I – *Do nascimento até aos 15 anos*

Na vida de Camilo há tanto de trágico como de imprevisto e original.

Aos nove anos de idade, órfão de pai e mãe, o conselho da família mandou Camilo para Trás-os-Montes, facto a que alude a pág. 58 de *Um livro*, 5.^a ed. – Lisboa, 1908, nestes termos:

E vim das margens do Tejo
Na aurora da minha vida
Pela desgraça proscrito,
Deram-me um solo maldito
Onde o amor santo e infinito
De minha mãe chorei.

No livro *No Bom Jesus do Monte*, 3.^a ed., pág. 10, vê-se que acompanhou Camilo nessa viagem (Lisboa para Trás-os-Montes), a criada «Carlota Joaquina, mulher gorda, feçuda e frescalhona, que bolsava os fígados do beliche abaixo e gritava à del-rei de aflicta com o enjôo.»

Decorridos dois anos (Camilo tinha já então onze anos), não podendo viver nas agras montanhas

Onde a torva natureza
Não tem galas nem poesia

(*Um livro*, 3.^a ed., pág. 57 – Lisboa, 1908), eis que Camilo se mete afoitamente a caminho de Lisboa, trazendo apenas consigo um par de peúgas atadas num lenço.

E como fez Camilo essa longa viagem? Não se diz e é pena que assim suceda. A mim chega-me a parecer inverosímil esta cena, tão longo era o percurso a efectuar.

Aos catorze anos residia Camilo em Vilarinho de Samardã. Amava a natureza e a liberdade. Frequentemente fugia para a serra, onde apascentava rebanhos, caçava galinhas e perdizes e nas horas vagas jogava a bordoadada com os carvoeiros da Serra do Mesio.

São dessa época estas palavras, do *Bem e do Mal*, 7.^a ed., pág. 9, Lisboa, 1917, dedicadas a seu tio o Padre António de Azevedo, «nome que os pobres, seus irmãos, reverenciam e os enfermos de alma abençoam: ancião virtuoso, operário infatigável ao serviço de Deus e da humanidade»:

Meu amigo:

Há vinte e três anos que eu vivi em sua companhia. Lembra-se do incorrigível rapaz de catorze anos, que ia à venda da Serra do Mesio jogar a bisca com os carvoeiros?

Esse rapaz sou eu: é este velho que lhe escreve aqui do cubículo de um hospital.

(Não pude identificar que hospital era esse, nem posso compreender senão muito vagamente que esse rapaz de catorze anos fosse um velho, digo eu).

Fechando este parêntesis e continuando, Camilo acrescentou:

Eu sou aquele a quem Padre António de Azevedo ensinou princípios de solfa, e as declinações da arte francesa.

Sou aquele que leu em sua casa as *Viagens de Cyro*, o *Theatro dos Deuses*, *Os Lusíadas* e as *Peregrinações de Fernão Mendes Pinto* e outros livros que foram os primeiros.

Sou aquele que, sem saber latim, rezava matinas, laudes, terça, sexta, etc., com Padre António.

Sou, finalmente, aquele a quem Padre António disse: «O tempo há-de fazer de você alguma coisa.»

Passados 23 anos como acabasse de escrever o meu quadragésimo segundo volume, lembrou-me dedicar-lho, meu venerando amigo, e rogar-lhe que peça a Deus por mim.

II – *As profecias do velho mendigo*

Aos quinze anos, tendo feito loucuras dos trinta, é Camilo quem o diz, acrescenta, em *Um livro*, pág. 63:

Chora e espera que estas dores
Nem tão fundas, nem tamanhas,
São como outras que te esperam
Onde vês em tudo flores.
... a toda a parte
a desgraça irá contigo.

Assim sucedeu, de facto. Nenhum escritor português sofreu mais, física e moralmente, do que Camilo Castelo Branco.

O seu extraordinário talento de pouco lhe serviu por vezes.

Aos quinze anos, Camilo envelhecido de alma julgava-se perdido para si e para a sociedade!

Oiçamo-lo nesta angustiosa e estranha confissão:

Só como a andorinha que perdeu o bando, como o naufrago que aportou sózinho a praias despovoadas, achei-me aqui, anhelante d'amigos, sófrego de corações (quantas outras vezes se lembraria de Amélia, a flor dos sonhos que ele conhecera em Lisboa aos nove anos), e ansioso de pai (este morrera) e de irmã, de lábios que me bebessem das faces uma das mil lágrimas de órfão.

Ninguém, meu Deus, ninguém. Eu tinha ouro. Tinha inocência, corrompi-me. Tinha generosidade, dissipei-a. Tinha brios e depravei-me. E considerei-me moralmente morto aos quinze anos

... ..

Tive horas de chorar-me! O homem é muito desgraçado quando tem compaixão de si.

Isto passava-se em 1840. Camilo tinha só 15 anos!

III – Do casamento de Camilo a uma grande anemia

Aos dezasseis anos casou Camilo, em Ribeira de Pena, com uma aldeã, Joaquina Pereira, de quem, a pedido do sogro se separou para prosseguir nos seus estudos, que nunca concluiu.

Apesar disso, Camilo foi muito mais que um autodidacta.

Provam-no os seus muitos e magníficos livros.

Dois anos depois, tendo Camilo dezoito anos, nasceu-lhe a sua primeira filha.

A dezasseis de Outubro de 1843, matriculou-se Camilo na Escola Médica do Porto e a 30 do mesmo mês na Academia Politécnica.

Cinco anos depois de casado, Camilo tinha então 21 anos, esqueceu-se de sua mulher e de sua filha, tão pequena ainda, e raptou Patrícia Emília de Barros, que lhe inspirou o drama *Agostinho de Ceuta*, cuja 1.^a edição foi publicada em Bragança, em 1847.

Este delito levou Camilo pela primeira vez à cadeia da Relação do Porto.

Começou então a verdadeira desgraça para Camilo que esteve preso desde 9 a 16 de Outubro de 1846.

Que desgraça o impelia? Seriam as profecias do velho mendigo:

A toda a parte a desgraça
Irá contigo?

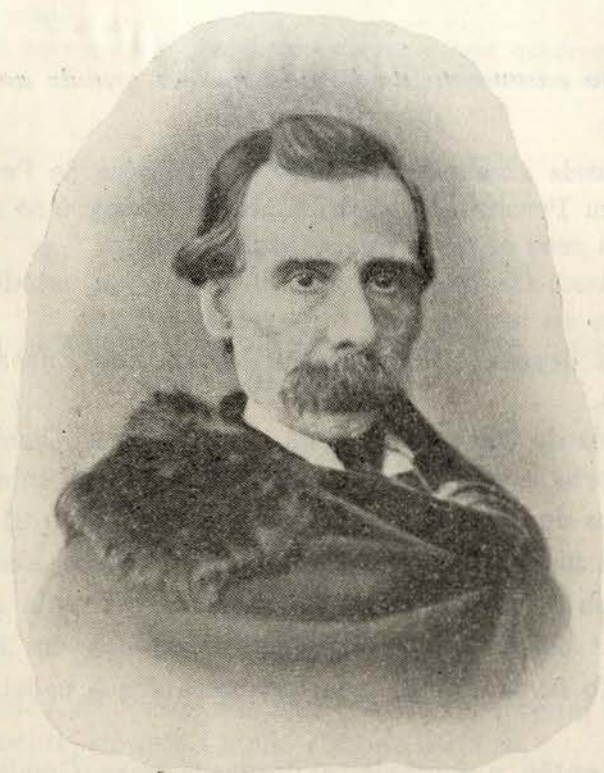
Talvez.

Ancestralidades de família, invencíveis, e a morbidez das fobias ainda por aparecerem veementes, tudo levava Camilo a maus desfechos, ele que foi grande como literato, entre os grandes!

Pobre Camilo! Bom e generoso, posso-o provar, em vez de ser um vencedor foi, antes, um vencido!

Em 1846, Camilo continuando a série de loucuras fez-se ajudante de ordens do general inglês MacDonald, cuja morte presenciou.

Camilo tinha então 21 anos.



Camilo Castelo Branco

IV – Os primeiros trabalhos literários de Camilo

Foram: *Os Pundonores Desagravados*, poemeto em duas partes e o *Juízo Final*, trabalhos estes que mal deixavam supor o que Camilo viria a ser como escritor.

Que fez Camilo aos vinte e dois e vinte e três anos? Ignoro-o. Só sei que aos vinte e quatro anos escreveu o seguinte:

Em 1849, a invasão súbita de uma anemia vampirizou-me o sangue desoxigenado, desfibrinado e me pôs os ossos em decomposição gelatinosa, a ponto de me deixar em uma ressecção óssea; e se eu ia durando é porque já me não restava carne em que se aferrasse a garra adunca da dura parca de então, ou da sinistra rameira como ultimamente lhe chamam os vates. (1)

Mal alimentado, certamente, e vivendo em más condições higiénicas, Camilo habitava, no Porto, na Rua Escura, a mais miserável da cidade.

Os médicos assistentes de Camilo eram os Drs. João Ferreira e Câmara Sinval, de quem se ocupa o Dr. Maximiliano de Lemos, num magnífico trabalho, *Camilo e os Médicos*.

Gertrúria, rezam as notícias do tempo, salvou Camilo, com pasmo dos seus médicos, dando-lhe a comer trouxas de recheio, bifes de presunto de Melgaço e melão, o que deu esplêndido resultado.

E como se fosse pequeno este mal que ia matando Camilo, surgiu-lhe aos 25 anos de idade uma mulher fatal, «Júlia», que o ia levando ao suicídio.

E, deste modo, Camilo esquecia-se da infeliz Maria do Adro que tanto tinha amado e que exumou e de uma outra mulher querida:

Luísa, flor dentre as fragas,
Donairoza camponesa,
Tipo gentil de pureza,
Lindo esmalte das campinas,
... ..

Aos 26 anos, em 1851, publicou Camilo o seu primeiro livro de poesias, *Inspirações* e o seu primeiro romance, *Anátema*.

Pela segunda vez matriculou-se no Seminário do Porto.

Como poderia Camilo pensar em ser sacerdote, se tudo que se passava em sua volta o aconselhava a não renunciar à vida que levava?

Que fez Camilo dos 26 aos 32 anos? Ignoro-o.

Contava 33 anos quando, em 1858, foi proposto, por Alexandre Herculano, sócio da Academia das Ciências de Lisboa, título este que

(1) *O Vinho do Porto*, 2.ª ed., pág. 49 — Porto, 1903.

só encontrei na 1.^a edição da *Divindade de Jesus e na Tradição Apostólica*, Porto, 1865.

Aos 35 anos, em 1 de Outubro de 1860, Camilo entregou-se, voluntariamente à prisão, como cúmplice de adultério com Ana Plácido, em 1858.

Não há dúvida que Camilo era um predestinado para o mal, sendo ele quem, muitas vezes, provocava a sua desgraça.

Aos 36 anos, em 1861, Camilo saiu da cadeia onde esteve preso 384 longas noites e dias.

Não estranhei o ar glacial e pestilento, nem as paredes pegajosas de humidade, nem as abóbadas profundas e enfumeadas dos corredores, que me conduziram ao meu quarto.

Em 1846 estive eu preso ali, desde 9 a 16 de Outubro por causa de Patrícia Emília de Barros.

... ..

O que eu estranhei, à segunda vez que entrei na cadeia, foi a gente que eu vi. Eram pessoas de má sombra e olhar desconfiado.

... ..

E, Camilo continua deste modo:

Antes de contar como passei a primeira noite de cárcere, perdi-me logo, como costume, em divagações, que o leitor, já afeito com o meu génio, aceita com benevolência.

Às nove horas da noite os guardas correram os ferrolhos, e rodaram a chave da pesada porta do meu cubículo, a qual rangia estrondosamente nos gonzos.

Estava sózinho, sentei-me a esta mesma banca, e nesta mesma cadeira. Estavam aqui, defronte de mim alguns livros. Recordo-me de Shakspeare, Plutarco, Senancourt, Bartolomeu dos Mártires, e uma tentativa sobre a arte de ser feliz, por J. Droz.

Folheei-os a todos, e de todos me fugia o espírito para entrar no coração, e sair de lá em anceios do inferno que lá ia.

... ..

Fui às 3 horas da manhã procurar no sono a restauração das forças corporais: que as do espírito, até essa hora, nunca as senti indignas da ousadia com que ele se arremessou a perigosas batalhas com o mundo.

Tinha adormecido às quatro horas, quando as sentinelas cessaram de bradar o alerta que rompe oito vezes, puxadas d'alma de quarto em quarto de hora.

As cinco horas despertou-me o estrépito dos ferrolhos de muitas portas e também da minha que se abriam.

O primeiro acordar na cadeia é muito triste. (2)

★

D. Pedro V visitou Camilo duas vezes na Cadeia da Relação do Porto. A este facto e às cenas interessantes que se passaram entre Camilo e D. Pedro V aludo num folheto esgotado (150 exemplares), e já hoje raro.

No ano seguinte, em 1861, os inimigos de Camilo, que eram muitos, propalaram um boato maldoso.

Revoltado com o que se passava, Camilo enviou, sem demora, a seguinte carta ao *Comércio do Porto*:

Muita gente me tem perguntado por dois contos de reis, que mandou dar-me o Sr. D. Pedro V. Pessoas circunspectas acolheram e divulgaram o boato, comentando-o de diversos modos, mas nenhum lisonjeiro para mim.

Eu creio que o Sr. D. Pedro V é infinitamente delicado, e só dá esmolas — quem a lhas lhás pedir.

Quando S. M. me fez a honra de perguntar, em que me ocupava, respondi a S. M. que trabalhava.

Ou o Sr. D. Pedro V entendesse que eu me ocupava em chapéus de palha, ou em romances, ou em caixinhas de banha, a minha posição ficava definida para c inteligente Monarca. O homem que trabalha não pede nem aceita esmolas; e se a pedisse ao rei julgar-se-ia tão humilhado como se a pedisse ao ínfimo dos homens.

A cousa é outra. Há muita gente que se diverte comigo. É bem feito porque eu também me divirto com muita gente.

Rogo a V. a publicação destas linhas.

De V. Ex.^a, etc.

Camilo Castelo Branco

Cadeias da Relação, 11 de Fevereiro de 1861.

Que pensaria D. Pedro V desta carta?

Da segunda vez que o Monarca encontrou Camilo na prisão, disse-lhe:

— Ainda aqui está?

(2) *Memórias do Cárcere*, vol. I, 6.^a ed., págs. 59, 60 e 66 — Lisboa, 1918.

Camilo respondeu:

— Estarei amarrado com correntes de ouro àqueles varões de ferro.
Ao que o Rei respondeu:

— Deve estar a terminar o seu infortúnio.

Assim sucedeu.

★

Aos 37 anos, em 1862, apareceu a 1.^a edição do livro de Camilo mais conhecido e apreciado, *O Amor de Perdição* que conta, pelo menos, 40 edições.

Aos 38 anos, em 1863, tinha continuado para Camilo o período de cruel expiação, porquanto Ana Plácido tinha perdido, para ele, aquele lugar de eleição que o levou a praticar loucuras.

Vejamos o que Camilo escreveu a esse propósito:

A mulher da paixão, que eu, no pavor da minha soledade pedira ao Senhor:
A mulher que me acorrentou a um cadafalso de suplícios ignominiosos;
a mulher que me levou as virtudes da alma e o pudor do coração, quando eu já não tinha lágrimas que ela me pedisse; a mulher, a quem a Providência divina, em sua ira justiceira, atirara aos grifos do dragão do mundo, contra o qual eu puzera o peito, enquanto o coração teve sangue que expelir; a mulher que me fez odiar a justiça de Deus, e insultar a providência dos homens;

Essa mulher morreu. (3)

Que desfecho tão imprevisto!

Seriam as atitudes de Ana Plácido que o provocaram?

Por outro lado, Camilo era um inconstante. Uma vez vencidas as dificuldades, voltava-se para outro lado e procurava novas seduções.

Foi sempre um amoroso impenitente e um volúvel!

Amou, ou julgava que amava, inúmeras mulheres (vide o meu livro *Camilo, Mulheres e Lágrimas*).

Segue-se um hiato de 20 anos.

Que fez Camilo nesse longo período, de 7.200 dias?

(3) No *Bom Jesus do Monte*, 3.^a ed., pág. 143 e 144, Porto.

Estou certo que não esteve um só momento parado e nem o podia fazer.

Eu inclinava o peito crivado de dores sobre uma banca para ganhar, escrevendo e tressuando sangue, o pão de uma família. A luz dos olhos bruxuleava já nas vascas percursoras da cegueira. E eu escrevia, escrevia sempre. (4)

Aos 58 anos, em 1883, «quando já no fim da estrada, estropiado, amparado ao bordão do caminheiro que vem de uma assás trabalhosa peregrinação», envolveu-se Camilo na célebre *Questão da Sebenta*, o que o levou a dizer:

Timbram em me não deixar morrer com o meu amolecimento de cérebro.

Ora, um cérebro que tão bem exprimia os seus pensamentos e tão claramente os escrevia, rigorosamente não podia sofrer de amolecimento cerebral.

Em 1885, em 13 de Junho, Camilo foi feito Visconde de Correia Botelho, ele que em tão pouca conta tivera os titulares.

Por essa homenagem que lhe foi prestada, Camilo foi dispensado do pagamento de emolumentos, direitos de mercê e selo, o que levou o grande orador António Cândido a dizer:

A sua obra é assombrosa, genial: As maiores nações do mundo honrar-se-iam de ter este escritor entre as suas primeiras glórias.

Três anos depois, em 1888, Camilo legalizou a sua situação junto de D. Ana Augusto Plácido, casando com ela, às 10 horas da noite, no Porto, na Rua de Santa Catarina.

V - A Obra de Camilo

Camilo, cultor admirável da Língua Portuguesa, foi um grande polígrafo.

Admiro muito a sua obra, como:

Romancista, Novelista, Polemista, Historiador, Poeta, Contista, Epistólogo (autor de cartas admiráveis), Biógrafo, Filólogo, Teatrólogo, etc.

(4) No *Bom Jesus do Monte*, 3.ª ed., pág. 120, Porto.

Desde os *Pundonores Desagravados* (1845) até *Nas Trevas* (1890), escreveu mais de 170 trabalhos literários, além de um grande número de artigos.

Fez 14 traduções, desde *Os Amores do Diabo*, de Cazote, até às *Cenas da Hora Final*, Porto, 1878.

Obras com Prefácios de Camilo contam-se 20.

A Bibliografia sobre Camilo é inúmera.

VI - O físico de Camilo

De estatura média, magro como um retrós, com uma tez embaçada, Camilo sofreu de inúmeros males e fobias.

Tenho lido os especialistas e receio sair doido desta leitura. Meu pai, minha avó materna e duas minhas tias morreram doidas. (5)

Camilo sofria de pavorosas insónias, de surdez, de dispepsia, de nevralgias, de manifestações hipocondríacas, de fobias variadíssimas e de abalos morais quase que ininterruptos, de desgostos familiares (grandes eram os que lhe dava seu filho Jorge) e de falta de dinheiro, o que o levou por duas vezes a vender a sua livraria.

Em 1 de Janeiro de 1858, escrevia: «Estou quasi parálítico.»

Em 1884, acrescentava:

Surdo, quasi cego, trôpego, com duas nevroses em cada nervo, com duas atonias formadas, uma no estômago e outra no fígado e a terceira a principiar no cérebro: tudo isto ditosas contingências dos 59 anos que as pessoas minhas afeiçoadas, em uma expansão congrulatória, pareciam invejar-me. Já não sei onde hei-de estar. Em 15 dias ensaiei quatro paradeiros, uns nas montanhas, outros, nas praias.

Em toda a parte o tédio, o asco das pessoas e das coisas.

O que eu preciso é morrer.

E como podia deixar de ser assim, se Camilo sofria de tanofobia (horror à morte), ele que se suicidou; de nosofobia (horror à doença);

(5) De uma carta de Camilo, de 24-12-1880, para o Visconde de Ouguela.

de antofobia (horror à multidão); de fobofobia (horror ao medo); de celafobia (horror aos ruídos) e de pantofobia (horror a tudo), o que o levou a escrever:

Creio que ainda não saíu deste planeta um homem tão privilegiado em dores de corpo e alma.

O pior é este rolar de trovões que me estruge na cabeça.

A cegueira avançava, dia a dia, tão velozmente, que em 1888 Camilo confessava:

O sol imenso que acende
Milhões de mundos sem fim,
De tantos raios que explende
Não tem um só para mim!

Apagado é tudo! Resta
Esconder do pranto o pejo
Mas verdade é esta:
Eu choro porque não vejo.

Há muitas pessoas que se conformam com os próprios males e com a cegueira. Camilo não. Estar cego, correspondia para ele à morte, o que o levou a escrever:

Antecipo-me à hora final. Quem puder ter a intuição das minhas dores não me lastime. A minha vida foi tão extraordinariamente infeliz que não podia acabar como a da maioria dos desgraçados.

Às quinze horas e quinze minutos do dia 1 de Junho de 1890 (fatal para as letras portuguesas), Camilo punha termo à vida, ele que escreveu:

O suicídio é o maior dos crimes, porque é o desprezo do divino remédio nas dores passageiras desta vida.

Pobre e infeliz Camilo, sempre em contradição consigo mesmo!
Camilo nas vésperas de se suicidar, vestiu um sobretudo com receio de apanhar alguma pneumonia!

VII - O moral de Camilo

Era forte, contudo.

Devo ajuizar da minha precoce sensibilidade, recordando que, dois meses antes, entrei, por noite alta na sala onde meu pai estava amortalhado, sem mais companhia, que quatro círios de chama azulada.

Ajoelhei sem orar. Afastei da frente do cadáver o capuz do hábito e beijei-lha. Puz também a boca nas mãos glaciais. A meu lado ninguém.

A irmã que eu tinha, alguns anos mais velha, encerrava-se com a sua dor e o seu horror de cadáveres.

Camilo tinha muito motivos para ser misantropo e ríspido, mas, no fundo, era bom e generoso.

Deu muitas provas disso.

Ponderado, foi ele que voluntariamente se foi entregar à prisão quando do caso de Ana Plácido.

Esquecendo, facilmente agravos, não poucas vezes acolheu de braços abertos os seus inimigos, como Aires de Gouveia e outros.

A propósito de Silva Pinto, com quem estive de relações cortadas, Camilo escreveu:

A gente de coração normal até mesmo quando fere os adversários se magoa. Eu sou desgraçado e até me entristeço quando firo alguém.

VIII - Ante o fim

Aos 65 anos, em 1890, confessou-se Camilo completamente perdido e vencido:

Alguns jornais transcreveram de uma folha periódica de Famalicão, a meu respeito, uma notícia inexacta.

Não contratei com algum editor a publicação de livros novos. Em cousas de literatura deve falar-se de mim como se fala de um escritor morto. Logo que aceitei do Estado uma pensão, é que eu não podia trabalhar e manter a minha laboriosa independência de 40 anos. Ceguei na luta e fui vencido. Sirva isto de exemplo a futuros escritores.⁽⁶⁾

⁽⁶⁾ De uma carta de Camilo, datada de São Miguel de Seide, em 30 de maio de 1890, para Oliveira Ramos.

Quando Camilo escreveu ao último médico que o visitou, em 1 de Junho de 1890, e lhe aconselhou o uso das águas do Gerez, classificava-se como sendo o cadáver de um nome que teve alguma representação gloriosa neste País, durante 40 anos de trabalho.

Já antes havia escrito:

Só Deus pode valer-me. Mas não esperou pelo Milagre.

Aqui ficam alguns subsídios do muito, do muitíssimo que podia dizer acerca de Camilo Castelo Branco, cuja estátua está na Avenida Duque de Loulé, lembrando o Gigante das Letras Portuguesas, um dos maiores entre todos.



✓

0

Observatório Astronómico de Lisboa

por ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

CEM anos vão decorridos — completaram-se em 11 de Março último — que na Tapada da Ajuda e no sítio conhecido por Alto da Eira Velha foi lançada a primeira pedra do edifício onde, tempos andados, se viria a instalar o Real Observatório Astronómico de Lisboa.

Porque este estabelecimento científico é, ainda hoje, considerado como um dos mais notáveis da Europa, justamente célebre pela exactidão e valor dos seus cálculos e observações, e porque se situa intramuros de Lisboa, cabe nestas páginas, a par de algumas nótulas históricas — muito embora nada de novo haja para dizer — o registo das circunstâncias determinantes da sua fundação e a merecida referência a quantos, com louvável ânsia de bem servir, a possibilitaram.

★

Parece não constituir exagero o fazer-se remontar ao tempo do Infante D. Henrique o estudo, a sério, da astronomia prática, a cujo desenvolvimento el-Rei D. João II emprestou a mais valiosa protecção, chamando a si alguns sábios de valor dos quais saiu a celebrada junta dos matemáticos. Sob o reinado de D. Manuel teve acção de vincado relevo o rabi Abraão Zacuto, antigo mestre de astronomia em Salamanca e escutado conselheiro do Rei nos planos de descobrimentos e navegações. São de sua autoria as tábuas de sol, da lua e dos planetas então conhecidos.

Em 1518, ensinava astronomia na Universidade mestre Filipe, de quem foi sucessor Tomás de Torres, de origem castelhana.

A partir de D. João III e até D. João V foi o ensino da astronomia cometido aos padres da Companhia de Jesus, nos seus colégios e nas universidades. Entretanto, publicava-se em Portugal o primeiro tratado daquela ciência, da autoria do padre Carvalho da Costa.

El-Rei D. João V, que às letras, às ciências e às artes deu, sem sombra de dúvida, um notabilíssimo impulso, concorreu com os meios indispensáveis para que fossem instalados em Lisboa — providos com magníficos instrumentos — observatórios na torre da igreja de S. Roque, no colégio de Santo Antão, no próprio Paço da Ribeira e na casa dos jesuítas em Campolide. Para o efeito vieram de Itália os padres Francisco Musarra, Domingos Cappacci e João Baptista Carbone.

Destacou-se nesta época, como sapientíssimo astrónomo, o padre Eusébio da Veiga, autor do *Planetário Lusitano* e das *Efemérides Náuticas e Astronómicas*, publicações que foram editadas, respectivamente, em 1757 e 1758, depois do que foi chamado a Roma para ali tomar a direcção de um observatório.

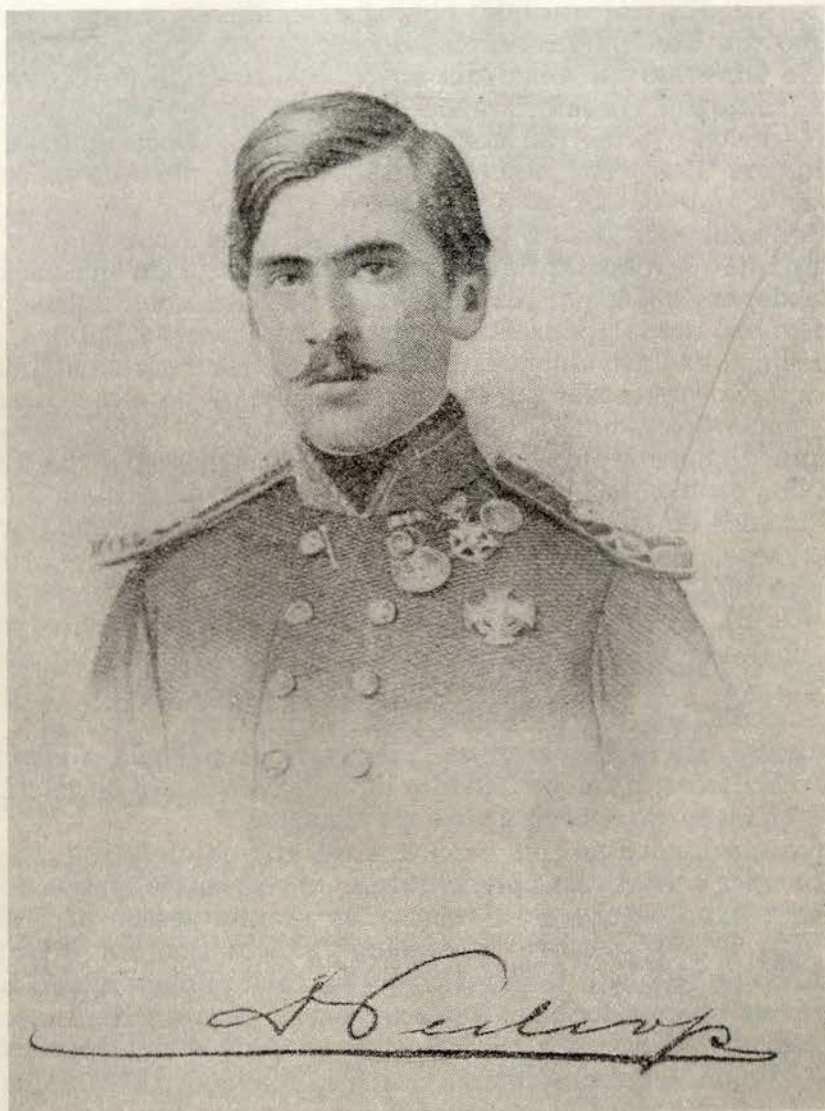
A reforma pombalina dos estudos do reino incluiu a criação, em 1761, do Real Colégio dos Nobres, onde um engenheiro piemontês, Miguel António Ciera, regeu a cadeira de astronomia até 1772, época em que passou a Coimbra com a missão não só de dirigir o recém-criado observatório como também de ensinar astronomia na Universidade. Sucedeu-lhe, no Colégio dos Nobres, um outro matemático distinto, Monteiro da Rocha.

No Castelo de S. Jorge, e numa das suas torres — ignora-se em qual —, foi fundado em 1779 um observatório dependente da Academia Real das Ciências. Ali fez os seus estudos o tenente de artilharia Custódio Gomes Vilasboas, que de parceria com o Dr. Francisco António Ciera, lente da Academia Real da Marinha, publicou *Memórias e Efemérides*, trabalho que mereceu as melhores referências dos sábios do tempo. Ciera fez as suas observações no Colégio dos Nobres e depois no observatório do Arsenal da Marinha.

O Real Observatório da Marinha, que foi fundado em 1798 sobre a Casa do Risco, funcionou com certa regularidade até 1824, tendo sido seus directores Manuel do Espírito Santo Limpo e o major de engenharia Mateus Valente do Couto. Este observatório exerceu funções de verdadeira escola de astronomia, com elevada frequência de alunos nalguns anos. Em 1824 foi transferido para o torreão sul do Colégio dos Nobres, onde se manteve até que o incêndio de 1843 destruiu o edifício. Em 1845 passou a constituir um anexo da Escola Naval, instalada sobre o terrado da casa das bombas no Arsenal, até que em 1859 foi reorganizado por Filipe Folque, para acabar por ser extinto em 1874.

★

Para a fundação do Observatório da Tapada de certo modo concorreu, embora indirectamente, o astrónomo francês Faye, de seu



El-Rei D. Pedro V

Rep. do livro *Reinado de D. Pedro V*, de J. M. Andrade Ferreira

nome completo Hervé Auguste Etienne Albans Faye, nascido em Saint-Benoit-du-Sault em 1814 e que veio a falecer em 1902. Depois de cursar incompletamente a Escola Politécnica dedicou-se a trabalhos de natureza industrial até que, poucos anos depois, Arago — considerado como um dos maiores sábios do século XIX, que aos 23 anos já havia sido admitido na Academia das Ciências e que no Observatório de Paris, como seu director, regeu cursos de astronomia que ficaram célebres — levou-o a entrar como aluno para o Observatório. Faye descobriu, em 1843, um novo cometa periódico, de que calculou os elementos e que conserva o seu nome. Professor de geodesia na Escola Politécnica de 1848 a 1854, depois reitor da Academia de Nancy e professor de astronomia na Faculdade de Ciência da mesma cidade, foi nomeado, em 1876, presidente do «Bureau des Longitudes», de que já era membro desde 1862. Foi ministro da Instrução Pública, após o que se dedicou exclusivamente a trabalhos de natureza científica. São de sua autoria numerosas obras, entre as quais é de citar o seu livro sobre a teoria dos ciclones. As opiniões fundamentais de Faye sobre astronomia abalaram fortemente o sistema cosmogónico de Laplace.

Um dos problemas que durante muitos anos mais ocupou a atenção dos astrónomos de todo o mundo foi o da determinação das paralaxes siderais. Depois de, em 1840, Bessel ter, pela primeira vez e utilizando observações heliométricas, conseguido determinar a paralaxe de uma estrela — a 61 Cygni —, logo novos métodos foram sucessivamente dados a conhecer e, desta forma, novas paralaxes foram aparecendo. Mas como os métodos postos em prática não eram sempre os mesmos sucedia que os resultados obtidos diferiam, por regra, muito sensivelmente. De aí travarem-se, com certa frequência e vivacidade, eruditas discussões, e foi justamente uma delas o ponto de partida que levou à fundação do Observatório da Tapada.

A questão iniciou-se com as primeiras comunicações de Faye que Arago, Langier e Mauvais apresentaram, em 23 de Setembro de 1846, à Academia das Ciências de França. Na mesma sessão de trabalhos em que Leverrier — célebre astrónomo francês que foi director do Observatório de Paris de 1811 a 1877 — tornava pública a mais notável das memórias que conduziram à descoberta do planeta Neptuno, Faye, por seu turno, dava conta do resultado das suas determinações da paralaxe de uma «estrela anónima da Ursa Maior, a 1830^a do catálogo de Groombridge, à qual M. Argelander reconheceu um valor anual de 7^s». Faye, utilizando o método das ascensões rectas, havia deduzido um valor de 1^{''}06.

Ora, no mesmo ano de 1846, um astrónomo de nacionalidade russa, Peters, dava a conhecer o resultado a que havia chegado, empregando o método das declinações, quanto à determinação da paralaxe de oito estrelas, entre as quais se encontrava incluída a Groombridge 1830 com um valor de, apenas, um quarto de segundo. A Academia Francesa foi então teatro de uma animada e brilhante controvérsia

travada entre Faye, que era «imortal» desde 1837, e William Struve, director do Observatório russo de Poulkova, onde Peters havia levado a efeito as suas observações. Um e outro mantiveram firmemente os seus pontos de vista, fazendo a mais acalorada defesa dos resultados a que se havia chegado nos respectivos observatórios. Tal discussão foi-se prolongando por alguns anos até que Faye, no intuito de obter uma decisão em favor de quem tivesse razão, propôs em sessão de 11 de Fevereiro de 1850, que fossem levadas a efeito observações em Lisboa, «único local em todo o continente europeu em que a luneta zenital pode encontrar a maravilhosa estrela de Argelander». As observações seriam efectuadas por Faye segundo um plano estabelecido por ele e com o acordo de William Struve e de seu filho Otto, que mais tarde lhe havia de suceder na direcção do Observatório de Poulkova.

★

O Observatório Real da Marinha, situado na vizinhança próxima do Tejo, carecendo das necessárias condições de estabilidade e insufficientemente dotado de aparelhagem adequada, de forma alguma se encontrava apto a garantir que as observações pretendidas se pudessem revestir do rigor que se tornava indispensável.

O Par do Reino D. Francisco de Almeida Portugal, Conde de Lavradio — diplomata e estadista a quem a Nação ficou a dever altos serviços e que ao Rei D. Pedro V dedicou a mais fiel e sincera estima —, tendo tido conhecimento do que em Paris havia sido proposto por Faye e não possuindo, talvez, elementos que o levassem a avaliar com segurança das possibilidades do Observatório da Marinha, apresentou à Câmara dos Pares, na sessão de 26 de Março de 1850, a seguinte proposta:

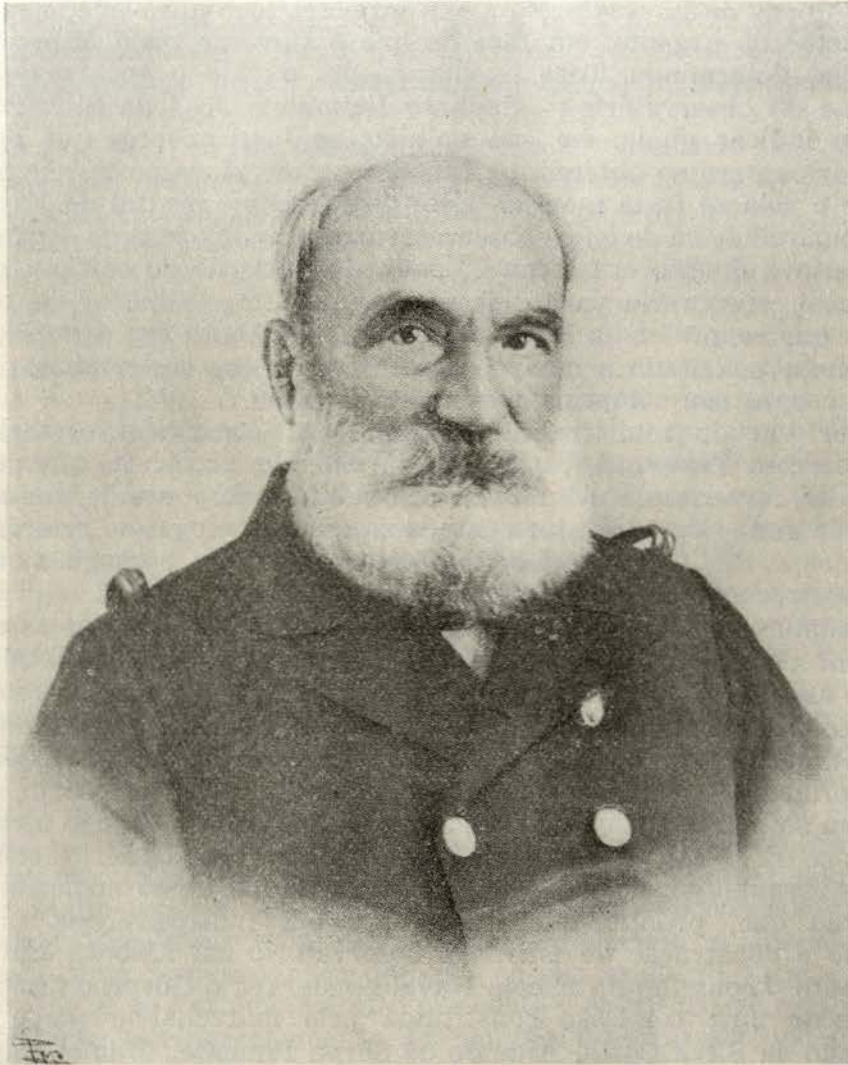
«Como o círculo paralelo que corresponde à célebre estrela de Argelander, que no catálogo de Groombridge se acha descrita sob o n.º 1830, passa exactamente pela cidade de Lisboa, é sem dúvida do observatório desta cidade que melhor pode ser observada a mencionada estrela, notável particularmente pela rapidez do seu movimento, que alguns astrónomos calculam ser de 250 léguas por segundo. Sendo pois muito para desejar que estas observações sejam confiadas a astrónomos portugueses, antes que os estrangeiros munidos dos necessários instrumentos aqui as venham fazer, proponho que o Governo seja convidado a mandar vir o novo óculo, ou *telescópio zenital* últimamente inventado em Paris por Mr. Faye, assim como quaisquer outros instrumentos, que possam concorrer para habilitar os astrónomos portugueses a procederem no Observatório de Lisboa com a devida exactidão às observações daquele astro.»

Ao aduzir razões justificativas da sua proposta, o Conde de Lavradio asseverou estar fora de dúvida que Portugal, entre os seus homens de ciência, contava com alguns distintos astrónomos de certo muito competentes para efectuarem as referidas observações, mas «que acreditava que o Ministro da Marinha não negaria que no observatório não existiam os instrumentos indispensáveis para bem se



Filipe Folque

Rep. por amável deferência do Ex.^{mo} Sr. Luís de Pina Manique



Vice-Almirante César Augusto de Campos Rodrigues

fazerem» e acentuava, ainda, que, dispondo Lisboa de um observatório, «seria vergonhoso que elas não fossem feitas por astrónomos portugueses, quanto mais que se tal acontecesse podia dar-se como certo que haviam de vir a Lisboa astrónomos de todos os países, franceses, ingleses, russos».

O Conde de Lavradio viu a sua proposta logo aprovada, com todo o carácter de urgente, em face do que o Governo, pelo Ministro da Marinha, determinou fosse imediatamente ouvido o encarregado da direcção do observatório — ajudante Raimundo José da Silveira — a fim de indicar quais, em sua opinião, os instrumentos que seriam necessários para se obterem os fins desejados. A resposta não se fez tardar e nela se fazia menção, além do telescópio zenital de Faye, de outra aparelhagem de que o observatório carecia. No mesmo documento se apontava quanto era inconveniente a localização do edifício, o que em muito concorreria para dificultar, ou até impossibilitar, as observações que se pretendia levar a efeito. No entanto era sugerido que Faye fosse solicitado a olhar pela construção dos instrumentos indicados, caso a sua compra viesse a ser decidida.

Por via do ministro de Portugal em Paris, foi estabelecido contacto com Faye, que, pronta e amavelmente, acedeu ao que dele se pretendia, levando o seu interesse pelo assunto ao ponto de, em sessão de 24 de Junho de 1850, dar conta, com as mais elogiosas referências, à Academia das Ciências das intenções do Governo português quanto ao reapetrechamento do Observatório de Lisboa.

Raimundo José da Silveira, alarmado com o caminho que as coisas estavam a tomar e, ainda, considerando sèriamente a responsabilidade que do assunto resultava, deliberou submetê-lo à apreciação do conselho da Escola Naval. O parecer deste não se fez esperar, constituindo um notável documento no qual não só se reiteravam considerações já anteriormente formuladas quanto à instalação do observatório, como também se punha em relevo o facto de se encontrar em jogo o crédito científico da Nação. Por isso e ainda tendo em conta os sérios compromissos assumidos pelo Governo, era proposto que fosse nomeada uma comissão que, prontamente, procedesse aos indispensáveis estudos visando a construção de um novo observatório em Lisboa. Em face de quanto o conselho da Escola Naval ponderava o Governo decidiu-se a nomear uma comissão constituída pelo marechal-de-campo José Feliciano da Silva Costa, António de Serpa Pimentel, Daniel Augusto da Silva, António Dinis do Couto Valente e Filipe Folque, à qual cometeu o encargo de estudar e propor quanto julgasse conveniente. Entregou a comissão o seu relatório, extenso e bem deduzido documento, o qual incluía as peças desenhadas do projecto de um novo observatório.

Estava neste pé o problema, resultante da tão controvertida paralaxe da estrela Argelander, quando acontecimentos de carácter

político, tão frequentes naqueles agitados tempos, concorreram para que assunto de tanto interesse nacional fosse lançado para o esquecimento.

★

Em 1855 a Câmara dos Deputados resolveu eleger, de entre os seus membros, uma comissão destinada a levar a efeito um inquérito a todas as repartições e serviços do Ministério da Marinha, conferindo-lhe poderes «para inquirir todas as pessoas que julgasse conveniente ouvir e para provocar e recolher todas as informações e fazer todas as buscas e verificações necessárias». Ficou constituída por António José de Ávila, Augusto Xavier Palmeirim, Augusto Sebastião de Castro Guedes, António de Melo Breyner, Custódio Manuel Gomes, Joaquim Pedro Celestino Soares e José Silvestre Ribeiro.

A comissão ouviu, em Dezembro de 1855, o brigadeiro graduado de engenharia Filipe Folque, doutor em matemática pela respectiva faculdade da Universidade de Coimbra, da qual foi lente substituto e ajudante do observatório astronómico, tendo-se ainda distinguido em muitas e variadas comissões de serviço, através das quais prestou sempre relevantes serviços ao País, sendo de destacar a sua brilhantíssima acção como director-geral dos trabalhos geodésicos do Reino. Foi, ainda, lente substituto da Academia de Marinha e da Escola Politécnica e deputado em várias legislaturas, tendo acompanhado el-Rei D. Pedro V na sua viagem ao estrangeiro em 1854.

Filipe Folque produziu, com o maior desassombro e energia, um circunstanciado depoimento, dado que estava bem ao corrente do «estado de completo esquecimento em que se encontrava em Portugal o estudo das práticas superiores da astronomia» e tinha perfeito conhecimento do estado deplorável em que se encontrava o Observatório da Marinha, cuja decadência tinha tido início com a transferência para o Rio de Janeiro dos seus melhores instrumentos, a quando da ida para ali do Príncipe Regente e de toda a família real e corte.

As veementes, mas sensatas, declarações de Folque calaram profundamente no ânimo da comissão de inquérito, impressionando de forma muito especial um dos seus componentes — o conselheiro José Silvestre Ribeiro — o qual, e por isso, se decidiu a apresentar à comissão uma proposta para que ela, no seu relatório, fizesse sentir ao Governo e ao Parlamento quão premente e necessária se evidenciava a edificação e apetrechamento de um observatório astronómico. A proposta foi aprovada e a ela feita a merecida referência no relatório final, datado de 3 de Julho de 1856.

Silvestre Ribeiro, cujo interesse pelo assunto não havia esmorecido, verificando sete meses passados que a ideia da construção do observatório não andava nem desandava, resolveu, aproveitando-se da sua qualidade de deputado, apresentar às Cortes, na sessão de 31 de Janeiro de 1857, a seguinte proposta:

«1.º — Será construído em Lisboa, e no local que mais apropriado for, um Observatório Astronómico.

2.º — O referido observatório será considerado como independente dos outros que já existem no reino, e somente sujeito, no que respeita à sua administração e economia, à superintendência do governo, pelo ministério competente.

3.º — O governo, depois de bem elaborado o plano de construção de que se trata, pedirá às cortes os meios necessários, não só para a edificação do observatório, senão também para o dotar com todos os instrumentos, máquinas, utensílios e mais objectos que indispensáveis forem para o elevar ao nível dos mais acreditados estabelecimentos deste género na Europa.

4.º — O governo é autorizado a estabelecer em tempo competente os regulamentos necessários, não só sobre a administração e gerência económica do observatório, mas também sobre o modo por que deve ser aproveitado o seu serviço no interesse de todas as repartições públicas e até dos particulares.»

A proposta foi admitida e enviada à comissão de instrução pública de onde talvez nunca tivesse saído se, no mesmo dia, el-Rei D. Pedro V lembrando-se, talvez, de quanto o tinha impressionado a visita feita ao observatório de Bruxelas, e ainda de haver escrito:

«E quando se pensa que nos países em que o horizonte está quase completamente coberto os sábios se ocupam com observações, procurando colher delas os possíveis resultados, e que pelo contrário nas belas noites estreladas do nosso clima abençoado os nossos observadores em papel dormem sossegadamente nas suas camas, é preciso confessar que somos muito mandriões e que desprezamos muito a ciência.»

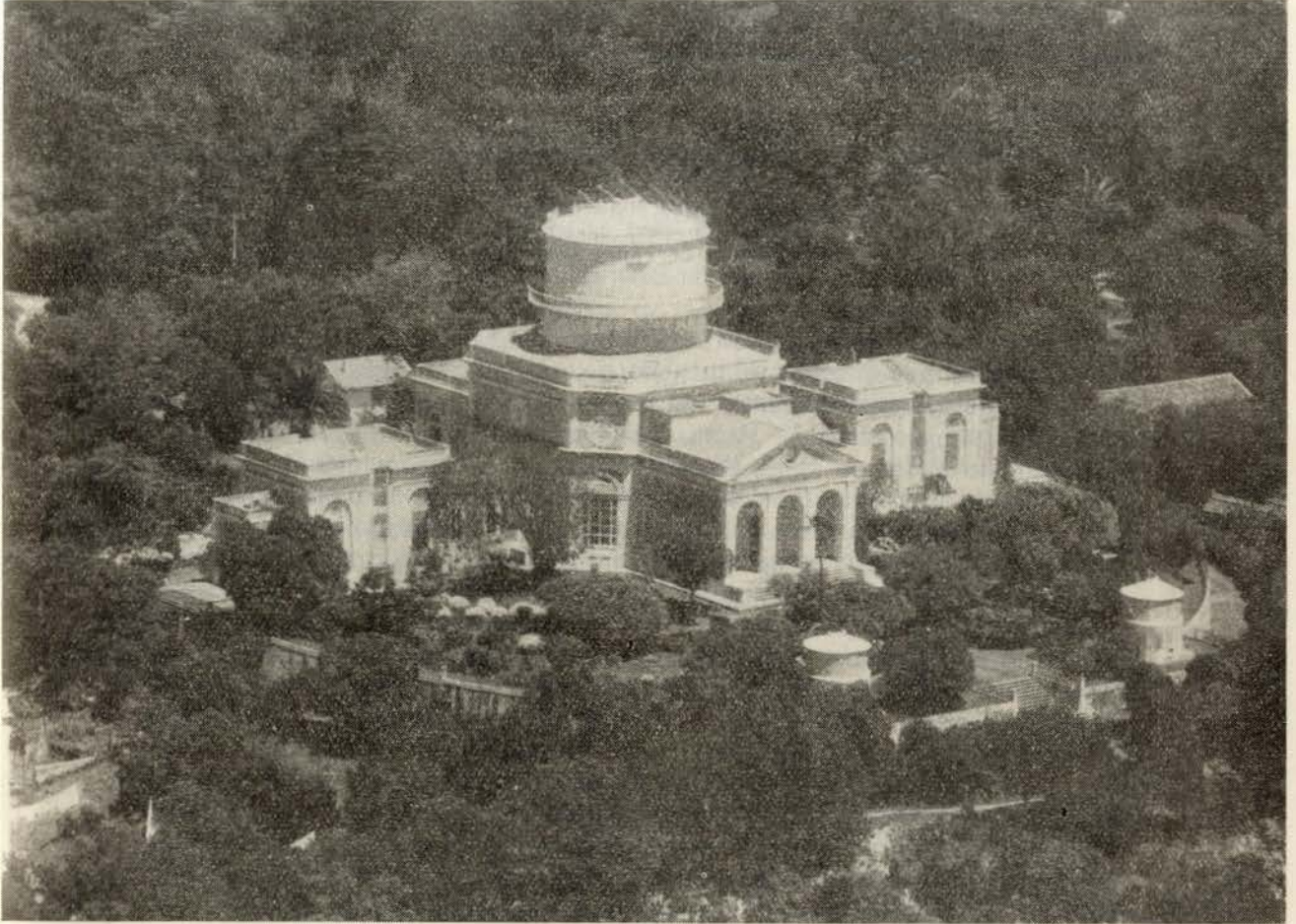
não tivesse feito expedir o seguinte diploma, cuja eloquência e magnitude dispensa quaisquer comentários:

«Vedoria da Casa Real — Tendo atenção às urgências do Estado, hei por bem ordenar, que da dotação que me fora estabelecida, na conformidade da carta constitucional da monarquia, se deduza a quantia de noventa e um contos duzentos e cinquenta mil réis (91.250\$000 réis), como donativo espontâneo, que deverá verificar-se durante o ano de 1857-1858; e outrossim sou servido declarar que é minha vontade que desta soma sejam applicados trinta contos de réis (30.000\$000 réis) à fundação de um Observatório Astronómico em Lisboa, e dez contos de réis para enriquecer as colecções do Instituto Industrial desta capital, devendo a restante quantia de cinquenta e um contos duzentos e cinquenta mil réis (51.250\$000 réis) entrar na receita geral do Estado.

O Duque-Mordomo-mor assim o tenha entendido e faça constar na Repartição competente. Paço, aos 31 de Janeiro de 1857. — REI. — Duque-Mordomo-mor, — Está conforme. — *Gonçalo Jaime Aldim.*»

Poucos dias passados, logo a 14 de Fevereiro, era promulgado um decreto, pelo Ministério dos Negócios da Guerra, nomeando uma comissão composta do marechal-de-campo conselheiro José Feliciano da Silva Costa, ajudante-de-campo do Rei e comandante-geral do Corpo de Engenharia; do brigadeiro graduado de engenharia Doutor Filipe Folque, lente de Astronomia e director-geral dos trabalhos geodésicos do Reino e do Observatório da Marinha; do coronel graduado de engenharia João Ferreira de Campos, lente jubilado da

Observatório Astronómico de Lisboa — Tapada da Ajuda



Observatório Astronómico de Lisboa — Tapada da Ajuda

Foto amavelmente cedida pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. Perestrello Boteheiro

Escola Politécnica, e do major graduado de artilharia Doutor José António Dias Pegado, lente de física e director do Observatório Meteorológico do Infante D. Luís, com o fim de:

«1.º — apresentar uma relação dos instrumentos fundamentais astronómicos que satisfaçam completamente tanto às observações relativas ao sistema solar, como às que devem servir de base aos progressos da astronomia sideral, indicando também os artistas mais acreditados, que devem encarregar-se da sua construção, e informando tudo o mais que julgar conveniente sobre o assunto;

2.º — escolher e indicar o local mais apropriado para a edificação do observatório;

3.º — apresentar o projecto e orçamento da construção, de modo que o edificio tenha a capacidade necessária e mais condições técnicas para a perfeita estabilidade de todos os instrumentos e aparelhos que deve possuir, no seu estado completo, e em tudo semelhante aos dos mais modernos observatórios de primeira ordem; tendo também em vista, que deve poder proporcionar alojamento conveniente aos empregados que tiverem de fazer observações a qualquer hora do dia ou da noite.»

Iniciou a comissão a sua actividade procedendo à escolha de um terreno adequado para implantação do edificio. E, assim, fixou logo as suas vistas, influenciada um pouco por sugestões anteriores de Filipe Folque, no sítio da Patriarcal Queimada, onde hoje se encontra o jardim do Príncipe Real, e onde, então, se estavam levando a efeito trabalhos de terraplenagem destinados à sua futura urbanização. Mas inconvenientes surgiram — situação no centro da cidade e proximidade imediata de um arruamento de muito trânsito — que forçaram a desistir da ideia e a optar pelo Alto da Quinta do Seabra — no cimo do actual Parque Eduardo VII — ao tempo pertença, por herança, do 2.º visconde da Baía, João Maria da Piedade Coutinho Pereira de Seabra e Sousa Tavares, neto de José Seabra da Silva, que foi secretário de Estado com Pombal e depois caiu em desgraça, tendo sido desterrado para Angola, e sobrinho do marechal Saldanha. Serviu no exército de D. Miguel, de quem foi ajudante de ordens, e abandonou as actividades militares e políticas após a convenção de Évora-Monte.

Quanto a esta solução também sobrevieram contratemplos que levaram a comissão a abandoná-la: a proximidade de fornos de cal cujos fumos muito viriam a prejudicar as observações, e a circunstância de a Companhia das Águas não prescindir do terreno, onde intentava construir depósitos necessários para conduzir as águas até às alturas da Penha de França e do Castelo de S. Jorge.

Em face de tais dificuldades resolveu a comissão expor a El-Rei D. Pedro V quanto se passava, não sem sugerir que a Tapada Real de Ajuda reunia condições consideradas óptimas para o fim em vista. Tanto bastou para que o monarca, manifestando mais uma vez a sua munificência e o seu muito desejo de ser útil ao País, permitisse a construção do observatório na Tapada, para o que decidiu ceder não só o terreno necessário como ainda toda a pedra para a construção,

areia da Quinta Real do Alfeite e uma «pena de água» para uso perpétuo do Observatório.

E, assim, ficou assente que a edificação do almejado estabelecimento científico se levaria a efeito na Tapada Real da Ajuda, criada na segunda metade do século XVII por D. João IV, constituindo uma mata ou parque, mais tarde ampliada e melhorada, sob o aspecto florestal, por ordem do Marquês de Pombal, diz-se que com o fim de proporcionar a D. José os prazeres da caça sem deslocações incómodas e demoradas a Mafra ou a Salvaterra.

Enquanto ia tratando da questão do local não deixou a comissão de entreter correspondência com alguns astrónomos estrangeiros — nomeadamente Airy, Hervé, Faye e Struve — não só com o fim de tratar da aquisição dos aparelhos, como também de obter elementos sobre os planos construtivos do futuro edifício e avaliar das possibilidades de prover à preparação de pessoal especializado.

O director do Observatório de Poulkova, William Struve, em carta que dirigiu, em 30 de Junho de 1857, ao ministro de Portugal em S. Petersburgo declarava-se pronto a fornecer todas as indicações que fossem julgadas necessárias e a encarregar-se da encomenda dos instrumentos principais. Oferecia-se, ainda, para no seu observatório instruir convenientemente a entidade que o nosso Governo viesse a escolher para director do novo estabelecimento.

O risco do edifício, baseado no que estava feito em Poulkova e ainda segundo indicações da comissão, esteve a cargo do architecto e escultor francês Jean François Gille Colson. A parte architectónica foi orientada pelo professor da Academia das Belas Artes José da Costa Sequeira, enquanto a direcção da obra coube a José Pedro Bento Rodrigues, funcionário da Direcção das Obras Públicas de Lisboa.

O edifício, de linhas sóbrias mas muito agradáveis, consta de um corpo central octógono, com dois pisos, rodeado de quatro corpos mais pequenos de um só pavimento, orientados segundo os quatro pontos cardiais. No corpo virado a Sul abre-se o pórtico, em cujo friso se lê, em letras de bronze, a data de 1861.

No piso inferior do corpo central, é de magnífico efeito a sala circular, circundada por uma galeria que acompanha o contorno octogonal e proporciona comunicação para os corpos laterais. O pavimento da referida sala ostenta um lindo xadrez de diversas madeiras representando a rosa-dos-ventos. O piso superior do corpo central é rematado por uma cúpula giratória, toda de ferro e com o peso de trinta toneladas, que abriga o equatorial.

Envolve o edificio um pequeno mas bem cuidado jardim, destinado principalmente a evitar a formação de poeiras.

No decurso da construção el-Rei D. Luís, repetindo o gesto munificente de seu irmão e antecessor, mandou, em 29 de Abril de

1862, destinar da sua dotação pessoal a quantia de 10 contos de réis como reforço que permitisse a conclusão da obra.

★

Da carta de lei de 2 de Junho de 1857 infere-se que a comissão havia indicado ao Governo quanto era conveniente que se tratasse, desde logo, de providenciar no sentido de serem tomadas as medidas necessárias a fim de que se facultasse a pessoa idónea a aprendizagem dos ensinamentos indispensáveis ao uso prático dos grandes instrumentos. Foi proposto, para tal fim, o 2.º tenente da armada e engenheiro hidrógrafo Frederico Augusto Oom, que, com altas classificações, havia terminado o seu curso, tendo sido discípulo de Filipe Folque que, por isso, muito bem o conhecia e apreciava. Aprovada tal indicação foi determinado que o referido oficial seguisse para Poulkova, onde, de harmonia com o amável oferecimento de Struve, se demoraria tanto tempo quanto fosse julgado conveniente.

Quase cinco anos se demorou o tenente Oom na Rússia, pois que tendo iniciado o seu estágio em 6 de Outubro de 1858 regressou a Portugal em fins de Junho de 1863. No verão de 1860 deslocou-se a Espanha fazendo parte de uma expedição científica anglo-russa que, naquele país, procedeu à observação de um eclipse do sol.

Frederico Augusto Oom, que durante a sua estadia em Poulkova viu alguns seus valiosos trabalhos publicados em revistas científicas de nomeada, mereceu dos dirigentes daquele observatório as mais distintas referências. Logo que chegou a Lisboa ficou agregado à comissão encarregada da organização do observatório, tendo-lhe sido confiado o encargo de orientar e dirigir todos os trabalhos de construção e colocação dos pilares destinados aos diversos instrumentos e, em seguida, das operações delicadas da montagem destes.

Dada por finda, em 1875, a tarefa da citada comissão, foi o Observatório da Tapada colocado sob a dependência da secção astronómica da direcção-geral dos trabalhos geodésicos até que, em 1878, uma disposição legislativa determinava a sua organização definitiva com vida própria. Foi, então, nomeado seu director o tenente Oom, cargo que exerceu até 1890 e no desempenho do qual manifestou sempre, a par de um vincado espírito organizador, a mais notável proficiência.

Ainda quando o observatório se encontrava sob a dependência da direcção-geral dos trabalhos geodésicos, reconhecida a necessidade de se ir procedendo ao recrutamento de pessoal cujos antecedentes permitissem prever uma profícua acção, foi, em 1869, convidado para ali prestar serviço o tenente de marinha César Augusto de Campos Rodrigues, que recentemente terminara com os mais brilhantes resultados o curso de engenheiro hidrógrafo. E durante cinquenta anos Campos Rodrigues dedicou-se de alma e coração à vida do Observatório,

primeiro como subdirector e depois, a partir de 1890 e até à data do seu falecimento em 25 de Dezembro de 1919 — com 83 anos de idade —, como director.

Dotado de uma sólida inteligência e senhor de um espírito eminentemente prático, a que aliava invulgares recursos inventivos, Campos Rodrigues, muito embora lutando sempre com dificuldades de ordem material, conseguiu elevar o Observatório a um nível de eficiência que causava a mais profunda admiração a quantos o visitavam, nacionais ou estrangeiros, até ao ponto de alguns destes manifestarem o desejo de levar para os seus países cópias de muitos dos seus valiosos inventos.

Numa acção perseverante e fecunda de meio século, que não é exagero classificar como muito excepcional, Campos Rodrigues devotou-se inteiramente ao culto da ciência astronómica, ao aperfeiçoamento dos instrumentos, à justeza dos métodos de observação, criando para o Observatório — no campo internacional — uma tal auréola e uma tal confiança nos seus processos de trabalho que provocaram os maiores testemunhos de admiração, a ponto de o director do Observatório de Greenwich dizer que «os astrónomos ingleses muito lucrariam em imitar o que havia no Observatório de Lisboa».

E que não era deslocada nem imerecida tal confiança provou-o exuberantemente a Academia das Ciências de Paris, em 1904, ao conferir a Campos Rodrigues a alta distinção — pela primeira vez obtida por um sábio português — do prémio Valz.

É bem eloquente quanto se lê no relatório homologado pela Academia e que a seguir se transcreve em parte:

«L'Observatoire Royal Astronomique de Lisbonne... s'est distingué... par des travaux accomplis dans des conditions de précision remarquables.

... Mais la Commission insiste d'une manière toute spéciale sur la haute valeur de la contribution de l'Observatoire de Lisbonne à l'oeuvre internationale de la détermination de la parallaxe solaire au moyen de la planète Éros. Les travaux méridiens accomplis dans ce but sont de premier ordre et leur exactitude n'a été dépassée nulle part ailleurs.

Ces beaux résultats ont été obtenus grâce à... son éminent Directeur.

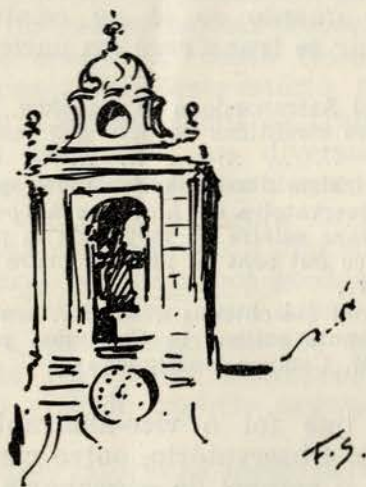
En témoignage de haute estime, la Commission propose, à l'unanimité, de décerner le prix Valz à M. Campos Rodrigues.»

Ao sábio ilustre que foi o vice-almirante Campos Rodrigues sucedeu, na direcção do Observatório, outro cientista notável e astrónomo de muito valor: o coronel de engenharia Frederico Oom, filho do primeiro director, e que ali prestava serviço desde 1891. Sócio efectivo da Academia das Ciências, tomou parte nalgumas expedições astronómicas, projectou e dirigiu a construção do observatório «Campos Rodrigues», de Lourenço Marques, e procedeu à montagem do de Luanda. Autor de numerosos trabalhos de natureza científica, veio a falecer em 30 de Março de 1930.

O quarto director do Observatório foi, a partir de 22 de Agosto de 1930, o Dr. Manuel António Peres Júnior, que em 1910 e 1911 já trabalhara na Tapada sob a direcção do almirante Campos Rodrigues. Subdirector e director do Observatório de Lourenço Marques, exerceu ali, durante cerca de dezoito anos, uma acção muito notável por vezes referida com os maiores elogios em reuniões científicas internacionais.

Sócio correspondente e depois efectivo da Academia das Ciências, deixou a direcção do Observatório da Tapada em 18 de Janeiro de 1958, data em que foi atingido pela lei inexorável do limite de idade.

O Observatório encontra-se hoje sob a direcção do Dr. António Perestrelo Botelho, formado em matemática pela Universidade de Coimbra e engenheiro geógrafo. À sua muita amabilidade devemos alguns dos elementos com que compusemos este ligeiro trabalho e com a sua boa amizade muito nos honramos. Da acção que vem desenvolvendo, desde Junho de 1958, diremos apenas que o Observatório da Tapada continua a manter, nos meios internacionais da ciência astronómica, o justo e consagrado renome de estabelecimento modelar.



Duas páginas da História do Tauródromo do Campo Pequeno

por FRANCISCO CÂNCIO

A 18 de Agosto de 1892 inaugurou-se, ainda por acabar, a Praça de Touros do Campo Pequeno. Não foi sem esforço que se levou a cabo a construção do melhor tauródromo do País.

A 9 de Fevereiro de 1889 fora apresentada à Câmara Municipal de Lisboa uma proposta no sentido de se conceder à Casa Pia terreno no Campo Pequeno para nele se edificar a praça.

O Dr. Teófilo Braga — grande inimigo das touradas — opôs-se fortemente à iniciativa, mas o Dr. Bettencourt Raposo e Pinto Basto conseguiram que a ideia fosse levada avante.

Depois o toureiro José Peixinho e outros colegas, solicitaram dos ministros do Reino — António de Serpa — e das Obras Públicas — Frederico Arouca — o necessário auxílio financeiro.

A construção da praça foi posta a concurso pela Casa Pia e, aprovado o projecto de Dias da Silva, entregou-se a obra a E. Boussard.

Os trabalhos tiveram início em 16 de Agosto de 1891 e o capital necessário conseguiu-se pela constituição de uma sociedade anónima que em 1982 entregará o edifício à Casa Pia, além de pagar a esta instituição uma anuidade.

Entre as pessoas que mais concorreram para a edificação, merecem figurar na história da praça, Ressano Garcia, José Joaquim Peixinho, Dias da Silva, Duarte Correia Pinto da Silva, António

Anastácio Gomes, Tomás Garcia Puga e Joaquim Pedro Monteiro.

No dia da inauguração do tauródromo não havia um lugar vago.

Na *inteligência* o conhecido Manuel Botas envergava a sua sobrecasaca e, de chapéu alto, olhava satisfeito a imensa multidão, numa tarde quente do pináculo do estio, verdadeira tarde de toiros, cheia de rumor, de alegria e de sol.

Mal entrou no camarote real o Infante D. Afonso, a quem o povo ternamente denominaria *O Arreda* — pela velocidade que imprimia aos veículos que guiava, soltando aquela palavra — o antigo bandarilheiro e fadista afamado, Manuel Botas, numa imponente reverência, pediu-lhe licença para dar início ao espectáculo.

Quando o clarim tocou para as cortesias, por todo o vasto anfiteatro ressoou um enorme clamor de entusiasmo.

As palmas vibraram logo que se abriram as portas do cavaleiro e foi numa atmosfera de grande animação que se iniciou a tourada.

Os camarotes, repletos de senhoras ostentando os vestidos e chapéus de cores alegres e frescas, tinham nos varandins esplêndidas colchas e riquíssimos *mantons* de Manilla.

Os garbosos cavaleiros — Alfredo Tinoco e Fernando de Oliveira — faziam ladear as montadas e empunhando os tricórnios, com graça e elegância, saudavam o público que se não cansava de vitoriar.

No meio da arena, envergando fatos admiravelmente bordados, encontravam-se os bandarilheiros Vicente Roberto, Roberto da Fonseca, José Peixinho, João do Rio Sanches, João Calabaça, Rafael Peixinho, João Roberto, V. Mendes (*Pescadero*) e Filipe Aragon (*Minuto*), todos relíquias gloriosas da velha Praça do Campo de Sant'Ana.

Tinoco vestia uma rica casaca de seda cor-de-rosa e Fernando de Oliveira ostentava outra de belíssima seda preta, bordada a ouro.

Os criados dos cavaleiros apresentavam-se irrepreensivelmente.

Só, no meio de tanto esplendor, destoava o traje da gente de forçado, com os seus velhos e desbotados fatos.

O *neto* e a mula das farpas fizeram a travessia da arena e por todas as bancadas perpassou um sussurro alegre e característico, do qual sobressaía o apregoar dos vendilhões de bolos, de pãezinhos com chouriço, de água fresca e capilé, porque, no dizer de Gervásio Lobato numa das suas crónicas no velho *O Ocidente*, «a inauguração da praça de touros do Campo Pequeno» viera «ressuscitar a paixão pelas touradas».

Às três horas e meia Joaquim Pedro Monteiro, acompanhado por Vicente Roberto, entregou, à porta do cavaleiro, a primeira farpa a Tinoco — a farpa inaugural.

A multidão vibrou entusiasticamente no momento em que o cavaleiro, empunhando o *ferro*, fez o cavalo dar uma curta corrida até ao local previamente escolhido para enfrentar a *fera*.

Sobre o *Touril*, João Rodrigues Batalha, comerciante da Rua Nova do Almada, organizador da corrida, sorria satisfeito.

Entra na arena o toiro enfurecido.
Casaca a refulgir, à sela unido,
Sorri de ferro em punho, o cavaleiro... (1)

Tinoco cravou-lhe o primeiro à *meia volta*, mas o touro, chamado *Caminheiro* — que, como os *manos*, era de Emílio Infante da Câmara — colheu-lhe o cavalo, embora de passagem.

O bicho era negro e bragado.

Calabaça efectuou um *quite* perfeito e o cavaleiro colocou mais dois ferros à *meia volta*, dois à *garupa* e um à *estribeira*.

O touro, segundo os cronistas da época, tinha um grande poder de recarga, mas o cavaleiro soube aproveitá-lo bem.

O segundo a sair, para Vicente Roberto, foi o *Caldeireiro*, também negro e bragado.

Roberto esperou-o à *gaiola* mas o touro não entrou bem e o grande bandarilheiro esteve em risco de ser colhido.

A custo colocou um par de bandarilhas, vendo-se depois constrangido a recolher à trincheira devido ao seu estado de saúde, porque só o grande desejo de figurar na corrida inaugural o trouxera ao Campo Pequeno.

Foi seu irmão Roberto da Fonseca quem colocou no *Caldeireiro* três belos pares, trabalhando em seguida com a *muleta*, sendo, contudo, colhido duas vezes em virtude do vento agitar demasiadamente o pano vermelho.

José e Luís Sapateiro fizeram a *pega* da praxe que teve pouco luzimento.

O terceiro *mano* foi o *Vareiro*.

(1) Do soneto *Festa Brava*, de Faustino Reis Sousa.

Negro e listado, recebeu um par à *gaiola*, de Peixinho, outro a *quiebro* e mais quatro com aquela maestria que causava o entusiasmo dos seus admiradores que, de resto, eram todos os *aficionados*.

Deu grande trabalho e causou farta alegria aos sectores do *Sol* porque o bicho voltava com frequência à trincheira.

A Calabaça coube o *Leviano*, negro listado e bragado.

O nome quadrava-lhe bem.

O *Leviano* era *saltarilho* e saltou quatro vezes a trincheira, fugindo à lide.

Calabaça, após prolongados esforços, conseguiu cravar-lhe no cachaco roliço sòmente par e meio.

José Sapateiro e Barra, pegaram-no à *cernelha*.

Para Fernando de Oliveira saiu o *Medronho* que deu boa lide.

O cavaleiro benaventense meteu-lhe cinco ferros à *garupa* e um à *tira*, sofrendo o cavalo, num deles, forte colhida.

O público premiou entusiásticamente o trabalho do artista e um anónimo enviou-lhe um valioso brinde.

Nos toiros seguintes, bem tratados mas de lide difícil, os Robertos, Peixinhos e Calabaça, colocaram admiráveis pares e Rio Sancho executou belas *navarras*.

No décimo toiro, Fernando de Oliveira alcançou as honras da tarde, entre aplausos entusiásticos que englobaram Calabaça e Rafael Peixinho, que completaram a lide.

«Morria a tarde quando a corrida acabou, no meio de grandes aplausos e gritos, nas tabernas e *retiros* dos arredores da praça iam reunir-se os grandes cantadores de fado, os fidalgos e os artistas. Os improvisadores largariam as costumadas e boas *piadas* à corrida, enquanto outros evocariam a Severa, o Marialva, nos seus amores e na paixão pelas touradas. A gente da alta ia reunir-se no *Cabaret du Rocher*, no Chiado onde o *menu* incluía *croquettes à Tinoco*, *filettes de soles à Roberto*, *roast-beef à Minuto*, *petits pois à Fernando de Oliveira*, *dindoneau à Peixinho* e *salada à Campo Pequeno*.

Com marmelada *Forcados*, queijo, fruta, vinho e café, o jantar custava dez tostões.»

Tempos!...

No dia da inauguração do Campo Pequeno, como é natural, não havia um bilhete para vender.

E do que se haviam lembrar uns certos pândegos que não obtiveram lugar?!...

Arranjaram um pobre diabo, levaram-no para um quintalejo e aí o armaram em *toiro* de uma das mais estranhas *touradas* que se realizaram na capital.

No meio da *lida*, porém, apareceu um polícia, atraído pela gritaria. Como o *toiro*, entregue à sua função, não reconheceu a autoridade, deu-lhe tal *marrada* que a atirou à terra.

Evidentemente que o digno agente não gostou da graça e levou presos o *toiro* e a *quadrilha* para a esquadra mais próxima donde seguiram, com a parte bem carregada, para o Limoeiro.

★

As três corridas primeiras foram outras tantas enchentes.

«E o entusiasmo, a animação tem crescido de tourada para tourada, e apesar dos preços serem muito elevados — conta ainda Gervásio Lobato — em relação aos preços de todos os outros espectáculos de Lisboa, os bilhetes são disputados com cinco e seis dias de antecedência com uma tal avidez, que a concorrência de gente às lojas da baixa onde esses bilhetes se vendem tem sido tal que tem feito pejamento nas ruas e interrompido o trânsito.

Ora essa avidez que nós não contávamos que fosse tão grande foi causa de ainda não termos assistido a nenhuma das três corridas.

À primeira não podemos ir; quando queríamos ir à segunda acordámos tarde, e à terceira, à do Manzanini imaginávamos ter acordado cedo, quatro dias antes, mas era já uma vez bilhetes. Só havia bilhetes do sol, os mais baratos de todos, baratos mesmo de mais porque dão direito não só a ver uma corrida, mas também a apanhar um tifo.

Ainda tivemos uma esperança: — os contratadores e no domingo às 4 horas e meia fomos por aí acima, até ao Campo Pequeno, resolvidos a alugar um camarote se o prémio não fosse muito grande.

Não era nem grande nem pequeno, não era nenhum porque camarote não havia nem um para amostra nas mãos dos contratadores.

Entretanto não demos por mal empregado nem o nosso tempo nem o nosso trém porque passámos umas horas agradáveis vendo a multidão enorme que a pé, de americano, de carruagem se dirigia para o Campo Pequeno, vendo a animação desusada, que havia em torno da praça, passeando no Campo Grande!...»

Realmente, o aspecto do Campo Pequeno, da Avenida Ressano Garcia — actualmente denominada Avenida da República — e, muito principalmente, da Avenida da Liberdade, em tardes de touros, era

de um colorido e de uma animação de que nos dias de hoje se não pode fazer a menor ideia.

★

Entre as grandes touradas que se realizaram no Campo Pequeno collocaremos ao alto da lista a que se effectuou por ocasião do IV Centenário da Índia, a 20 de Maio de 1898.

Foi seu organizador Carlos Pedro Quintela, conde de Farrobo, por incumbência do *Real Clube Tauromáquico*.

No espectáculo tomaram parte os mais illustres sócios deste aristocrático clube.

Foi como o derradeiro lampejo das pompas taurinas de outras eras, quando os fidalgos desciam à liça a mostrar suas galas e destrezas.

A praça, nessa tarde, oferecia um espectáculo maravilhoso.

Os camarotes de 2.^a ordem estavam ornamentados com panos pintados, representando os brasões dos nobres que mais se haviam distinguido nas lides tauromáquicas, separados uns dos outros por troféus de farpas e rojões.

Dos camarotes de 1.^a ordem caíam magníficas colchas de damasco e por toda a galeria do *Sol* estendia-se um belo pano de veludo carmesim.

O *Sector 1* — reservado aos sócios do *Real Clube Tauromáquico* e suas famílias — estava completamente atapetado.

A praça abarrotava de espectadores.

Na tribuna real sentavam-se El-Rei D. Carlos e as rainhas D. Amélia e D. Maria Pia, o Infante D. Afonso e vários membros da Casa de Orléans.

Os lidadores trajavam à época de D. João V.

Em cavalos, ricamente ajaezados, apresentaram-se, como cavaleiros, o Visconde da Várzea, D. António de Siqueira (S. Martinho), Alfredo Marreca, D. Luís do Rego e o Visconde de Alverca.

As casacas de seda que vestiam eram de cores diversas, os coletes primorosamente bordados, os bofes de rendas preciosas, como preciosos eram os calções, os sapatos, as polainas, as esporas de prata e os tricórnios com cocares de plumas.

Os bandarilheiros vestiam da maneira seguinte: — Afonso Vilar e Alexandre Caldas, casaquinha cor de cereja, gibão branco e calção amarelo, tudo confeccionado em cetim, sapatos de camurça, cabeleira e chapéu braguês; Mário Duarte e Henrique Avelar da Costa Freire,

traziam trajo idêntico mas de cores diferentes, pois a casaquinha era amarela, o gibão azul e o calção branco.

O grupo de forcados, que tinha por cabo Pedro de Oliveira — constituído por Jorge Rebelo da Silva, Alfredo Barbosa, Cláudio Lagrange, Pedro Navarro, Alfredo Sirgado, Carlos Gavino e José Castelo Branco — trajava casaco de pano verde, justo ao corpo, calção da mesma cor, couraça de couro, cabeção branco com cordão, sapatos de salto alto e chapéu claro braguês.

O *neto* vestia à Luís XIII, os andarilhos à Henrique II e só os moços do curro apareceram à moda antiga dos campinos do Ribatejo.

As cortesias foram um deslumbramento.

Os amadores, os criados de libré levando os cavalos, os charamelleiros tocando no *redondel*, a azêmola das farpas... — tudo constituiu um espectáculo inolvidável de elegância e de cor.

Os touros eram de Emilio Infante, do Visconde da Várzea e de Vitorino Fróis e a tourada foi repleta de lances de arte, de destreza, de elegância, de valentia e de graça.

Derradeiro quadro de um tempo que jamais poderá voltar.



ALOCUÇÃO

proferida no acto de posse do cargo de
Presidente da Assembleia-Geral, pelo
Prof. Doutor RAUL DE CARVALHO

EX.^{mos} CONSÓCIOS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Ao tomar posse do cargo que tiveram a bondade de me confiar e que tão mal assenta sobre os meus ombros já enfraquecidos pelo tempo e pelo cansaço da vida, eu desejo agradecer a V. Ex.^{as} essa honrosa deferência e afirmar que farei todo o possível para o desempenhar com a dedicação devida a esta associação de homens-bons, que primam por manter e elevar o prestígio e a personalidade da sua Cidade-Capital.

Para uns, como eu, será também como que uma retribuição de afectivo dever à sua cidade natal; para outros o pagamento da gratidão pela hospedagem que lhes permitiu auferir lucros ou, pelo menos, mourejar a vida e o sustento de sua família ou de pessoas queridas.

Para além dessa gratidão existe uma espécie de amor artístico por tudo quanto esta cidade tem de histórico, de castiço, de belo e de álaçre, e que é necessário conservar incólume, indestrutível para manter ileso o seu cunho turístico, o seu folclore privativo.

E outra cousa não mostra este agrupamento de indivíduos de tão diversas profissões que voluntariamente se reúnem quer para procurar instruir-se nos mínimos pormenores desta cidade, quer para acompanhar o seu progresso ao sabor das necessidades da época, mas conservando íntegra a sua feição pessoal característica.

É esse amor interesseiro pelo que ela tem e conserva, que mais uma vez nos reúne hoje aqui tão amigavelmente.

Têm passado por esta casa figuras eminentes, prestigiosas pela posição ou pela erudição, outras mais apagadas, modestas na posição social e no seu comportamento, todas elas porém animadas do mesmo ideal de glorificação à cidade de Lisboa.

Num labor oculto, que a maioria da população lisboeta ignora, têm passado por esta casa verdadeiros apóstolos que bastante têm conseguido das edilidades, para que se não transmudem certas características e se conservem as velharias, que alguns quiçá menos artistas, consideram obsoletas por ignorância da história de certas pedras mudas.

No entanto, há que confessar que uma grande parte da população de Lisboa uma vez conhecedora da sua história, se interessa por ela, extasiando-se na contemplação desses restos de tradição que ligam o passado ao presente, impelidos por uma força atávica que lhes provoca o respeito por essas pedras mudas, carcomidas pelo tempo e gastas pelos passos dos seus maiores. Haja em vista o interesse despertado pelas ruínas do Hospital de Todos-os-Santos e da Capela de N. S. da Escada, onde uma verdadeira romaria, ávida de pormenores, circulou durante dias em volta dessas pedras que eram simultaneamente fundações de edifícios e fundamento de instituições de Assistência, das primeiras do País.

O tempo traz o progresso e este, pela sua própria definição, é modificador do existente. Importa porém e sobre tudo adaptar, sem destruir, aquilo que existe de bom, de característico, de artístico e que define uma obra, uma cidade, um povo.

É que cada pedra carcomida e escurecida pela intempérie é um padrão histórico que atesta a personalidade de um povo, a maneira de ser de uma Nação; é uma fotografia do passado que é mister respeitar e conservar. Para tal é necessário que entre a população da Cidade, distraída por entregue ao seu labor quotidiano, haja um grupo de entusiastas e de devotos que, privando-se de algumas comodidades, se entreguem dedicadamente a esta tarefa de fiscalização aqui, acolá, algures, onde o camartelo particular, ou mesmo o da edilidade, por vezes mal informado, modifique a traça da Cidade.

É essa a função do nosso agrupamento, onde todos trabalham para o mesmo fim, sem ordenado, sem desejo de agradecimento, apenas guiados por um sentido de patriotismo local e no desejo de legar aos nossos descendentes este património, ileso de deformações que pudes-

sem vir a alterar no seu conceito aquilo que a história conserva escrito em alfarrábios bolorentos e que são os verdadeiros guias para o passado.

★

Notem minhas Senhoras e meus Senhores que a pequena história desta nossa associação já conta entre os seus membros bastantes dedicações passadas e presentes. Quero lembrar aqui os nomes dos nossos chorados amigos Alberto Mac-Bride Fernandes, Celestino da Costa e Norberto de Araújo, entre outros, e os dos felizmente vivos: o nosso Presidente Gustavo de Matos Sequeira, repositório transbordante de olisiponismo, sempre pronto a investigar e a esclarecer os ignorantes; o Doutor Eduardo Neves, secretário-geral quase perpétuo da nossa instituição, organizador e orador entusiasta; o do nosso tesoureiro, também quase perpétuo, senhor Hugo Raposo, com o seu conselho ponderado nunca esquece o que se torna necessário fazer e equilibra habilidosamente o nosso magro pecúlio; o do nosso antigo secretário-geral Luís Pastor de Macedo, que guiou os primeiros passos do nosso grupo, e o de tantos outros que, nas várias comissões de que fizeram parte se esforçaram continuamente não só por bem administrar e gerir o nosso agrupamento, como estudando as várias maneiras de estimular o interesse da população de Lisboa pelos seus valores artísticos e até mesmo, digamos, espirituais, tornando-a conhecida de alguns que, apáticos, se mostravam indiferentes às preciosidades que os rodeavam sem saber.

As visitas de Estudo organizadas com esse fim, têm sido objecto de grande preocupação da respectiva secção; já fiz parte de uma delas e sei quanto interesse nos mereceu a escolha acertada de algumas visitas e quanto nos custou de esforço e de trabalho, a autorização para se poderem realizar. É esse trabalho inaparente que somente pode ser executado por pessoas dedicadas que felizmente abundam entre os nossos colaboradores.

★

Nas várias secções em que a nossa agremiação se divide, está bem patente o trabalho executado. A nossa Revista «OLISIPO» aproxima-se do seu centésimo número e, sem receio de muito errar, poderemos

afirmar que foram dados à estampa mais de 200 trabalhos, a maioria de investigação histórica.

A secção de «Movimento Cultural e Propaganda» a cargo da qual está a distribuição das visitas, excursões, conferências e colóquios regista mais de 350 locais visitados, mais de 40 colóquios, mais de 150 conferências, mais de 30 grandes passeios e de outras tantas exposições, não contando audições musicais, sessões de cinema e de teatro, cursos de Arte, evocações, lápidas, salões fotográficos, etc.

E esta paixão pela cultura olisiponense levou, quer o Grupo impessoalmente, quer os seus associados, a executar numerosos trabalhos que se acham publicados, verdadeiros repositórios de dados fundamentais para o estudo da nossa Lisboa e em que colaboraram entre outros: Vieira da Silva, Alfredo da Cunha, Alfredo Ferreira do Nascimento, António de Quadros Ferro, António Ribeiro da Silva e Sousa, Augusto Casimiro, Eduardo Neves, Garcez Teixeira, Ferreira de Andrade, Francisco de Oliveira Martins, Gilberto Monteiro, Godofredo Ferreira, Gustavo de Matos Sequeira, Henrique Linhares de Lima, Hugo Raposo, J. S. Vieira, João Monteiro, Joaquim Roque da Fonseca, D. Julieta Ferrão, Júlio Eduardo dos Santos, Luís Moita, Luís Pastor de Macedo, Luís Teixeira, Luís Trindade, Manuel Vicente Moreira, Mário Costa, Mário Sampaio Ribeiro, Norberto de Araújo, Nuno Catarino Cardoso, Rui de Andrade, Rui Travassos Valdez, Roberto Dias Costa, Tinop e tantos outros.

No novo elenco do nosso Grupo figuram felizmente nomes ilustres, competências indiscutíveis para nos auxiliar. Muitos deles já deram provas de grande dedicação à nossa casa e à nossa causa; outros certamente virão devotadamente juntar o seu ao nosso esforço. Não cito nomes porque os teria de citar todos, o que é supérfluo, mas vejo indivíduos que em posições de destaque bem merecidas, muito poderão auxiliar o nosso Grupo nas pretendidas realizações comemorativas do nosso vigésimo quinto aniversário.

Temos que deixar alguma coisa perdurável da nossa actuação e sugiro uma publicação comemorativa do facto, em que cada um de nós colaborará com um trabalho ou com um artigo de carácter olisiponense de tema inteiramente livre.

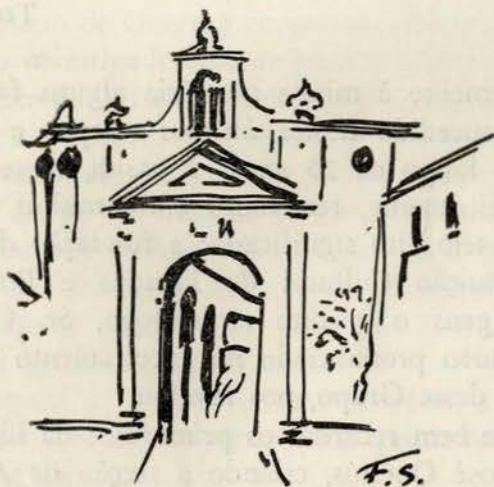
Mostraremos deste modo a nossa boa vontade em dignificar o nome da nossa agremiação e assinalaremos aquela data não direi com

letras de ouro, que a tanto nos não propomos, mas com letras indeléveis que marquem uma posição nobilitante.

E são esses os votos que o novel presidente e demais constituintes da mesa da Assembleia-Geral, deseja ao Grupo «Amigos de Lisboa». Assim seja.

Lisboa, 27 de Março de 1961.

RAUL DE CARVALHO



OS PRIMÓRDIOS DA FUNDAÇÃO DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

*Alocução proferida em 27 de Março de 1961,
no acto inaugural das Comemorações do
XXV Aniversário do Grupo «Amigos de
Lisboa» pelo sócio fundador n.º 84,*

TEODORO LOPES RAMOS

VIERAM recentemente à minha memória alguns factos, que, aparentam terem sucedido nestes últimos tempos e verifico já serem passados ao longo de 25 anos. E assim, deste último quarto de século decorrido velozmente, rememoro entre muitos casos merecedores de relevo, um, que tem alto significado: a fundação do Grupo «Amigos de Lisboa» — Instituição Cultural de Estudos e Propaganda Orlisiponense —, cujas origens o erudito arqueólogo, Sr. Gustavo de Matos Sequeira, num discurso pronunciado no encerramento das comemorações do 20.º aniversário deste Grupo, nos revelou.

É gostoso e faz bem recordar os primórdios da ideia, ventilada pela primeira vez por José Queirós, criando a secção de Arqueologia Lisboense na Associação dos Arqueólogos Portugueses. E o Sr. Luís Pastor de Macedo, um orlisipógrafo que soube despertar o amor que todos nós, alfacinhas, nutrimos pela cidade que nos foi berço e é nosso orgulho, elucida terem sido dois lisboetas em 1917, em carta dirigida ao jornal *O Século*, que lançaram a ideia da organização de um grupo de amigos da nossa formosa cidade.

Anos volvidos o saudoso jornalista, Norberto de Araújo, que foi uma actividade em constante defesa do património da nossa velha (Lixbona), nas colunas do jornal *A Manhã*, agitou a mesma ideia, e, em 1926, nas vibrantes crónicas de Quintas-Feiras, publicadas no vespertino

Diário de Lisboa, assenta arraiais em definitivo, na campanha de agregar individualidades que, dispersas por vários sectores da sociedade lisboeta, proclamavam a imperiosa necessidade em formar grupo das pessoas reconhecidas como dedicadas a Lisboa, ou sejam, alfacinhas amantes desta Princesa do Mar Oceano.

O triunvirato, Matos Sequeira-Pastor de Macedo-Norberto de Araújo, lançam-se denodadamente a escrever crónicas e artigos vindos em revistas literárias, semanários, e jornais, avolumando a iniciativa em marcha. Nos cafés e tertúlias de intelectuais faziam-se projectos, discutiam-se as fórmulas, trocavam-se impressões, e a ideia foi criando vulto entre devotados lisboetas. Pastor de Macedo, o mais entusiasta iniciador, com a sua perseverança obtém uma sede (que seria provisória) e desde então os aliciados para tão útil empreendimento lisbonense, esperavam ansiosos, dos 14 organizadores do Grupo, o alerta de fixarem a data da 1.^a assembleia para aprovação dos seus estatutos. Uma tarde de Abril de 1936 — vão decorridos 25 anos — subindo pela Rua Nova da Trindade (antiga Travessa do Secretário de Guerra) encontrei o Mestre Olisipógrafo, Matos Sequeira, olhando investigadoramente para o interior do antigo refeitório do extinto Convento da Trindade; interrompi o seu devaneio com a minha saudação de amigo e, entabulámos amena conversa na qual me comunicou de que nessa mesma noite, na sede da Sociedade Propaganda de Portugal, então situada no Largo do Chiado, se efectuaria uma reunião de individualidades convidadas a assistir à leitura para aprovação dos estatutos do Grupo «Amigos de Lisboa» já em grande incremento, e contava com a minha presença nessa reunião devido a ser um dos entusiastas pela organização desse agrupamento alfacinha.

Nessa memorável noite; 18 de Abril de 1936, o Grupo dos «Amigos de Lisboa» *alfim* constituído — teve a sua primeira Assembleia-Geral, e elegeu os Corpos Gerentes...

Noticiaram os jornais... A reunião, a que compareceram algumas dezenas de sócios fundadores, e outros muitos, efectivos, foi caracterizada por uma nota de convicção e de simplicidade; não se pronunciaram discursos inúteis; a discussão de alguns pontos do projecto de estatutos decorreu num tom elevado...

Para o primeiro exercício ficou constituída a Junta Directiva, com as seguintes individualidades: Engenheiro Augusto Vieira da Silva; Gustavo de Matos Sequeira; Luís Pastor de Macedo; Norberto de Araújo; Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves; Dr. Alberto Mac-Bride; Dr. Eugénio Mac-Bride; Dr. Leitão de Barros e Mário de Sampaio Ribeiro.

Legalizados os Estatutos pelo Alvará do Governo Civil do Distrito de Lisboa em 22 de Julho de 1936, e homologada por despacho ministerial a eleição dos mencionados Corpos Gerentes, o Sr. Luís Pastor de Macedo investido por direito e conquista no cargo de Secretário-Geral, põe o seu dinamismo ao serviço da valorização da nova colectividade (fulcro da sua ideologia) e, para efectivação da primeira visita cultural, obtém autorização do Governo Militar de Lisboa e, do Ex.^{mo} Comandante do Castelo de S. Jorge para este se conservar aberto na data da tomada de Lisboa e, aproveitando este ensejo, visitar oficialmente o referido Castelo... A esta visita de divulgação cidadina seguiram-se outras; a edifícios e monumentos de interesse lisboeta, na maioria desconhecidos dos sócios e adeptos desta agremiação cultural, merecendo destaque as que em primazia se efectuaram, à Sé de Lisboa, à Igreja de S. Vicente de Fora, às Ruínas do Carmo, e, ao Aqueduto das Águas Livres; esta de grande atracção alfacinha, da qual se ocupou uma informadora gazeta com o seguinte noticiário:

«O Grupo «Amigos de Lisboa» vai cumprindo com serenidade e sem precipitações, este objectivo útil e agradável — fazer com que o lisboeta «visite» a sua cidade; no último domingo, por exemplo, das duas centenas de pessoas que visitaram o Aqueduto das Águas Livres, só, uma escassa meia dúzia conhecia mais do que «por ouvir falar» a Casa da Água da Rua das Amoreiras e o interior do célebre monumento Joanino —; e, mereceu apenas ver tudo aquilo — nessa mesma tarde, após esta instrutiva visita; em Telheiras, na popular Quinta de S. Vicente, realizou-se ao ar livre um típico almoço que decorreu em franca alegria; foi uma graciosa evocação dos antigos costumes alfacinhas ao domingo.»

O malgrado escritor, Albino Forjaz de Sampaio evocou episódios e figuras dos antigos restaurantes denominados «de fora de portas» lembrou os «Retiros e as Hortas» do século XIX e, princípios do século XX — o actor Amarante e outros artistas do teatro português recitaram versos, alusivos a esta evocação, e o saudoso poeta etnógrafo Cardoso Marta rubricava quadras da sua autoria que eram oferecidas a quem lhas solicitava... Por ser muito humorística a que eu consegui obter para a minha colecção de autógrafos, aqui a divulgo:

*Não há festa sem patrono,
«Qual o desta petisqueira?»
Se pudesse trincar bem
Era São Matos Sequeira.*

Decorreu esta festa num domingo de sol, aliciando entusiasmos e dedicações para estimar Lisboa; conhecê-la nos seus encantos e servi-la, como for julgado conveniente e oportuno.

Seguiram-se metódicamente inúmeras visitas e festividades culturais, destacando-se nos primórdios do nosso agrupamento, em Dezembro de 1936 a «Evocação do Café Martinho» e em Abril de 1937, a «Noite de evocação do Leão de Ouro», cujas descrições se lêem nas edições do Grupo... Outra iniciativa do então 1.º Secretário-Geral, que deu brado na cidade pela sua inovação, foram as conferências ao «Ar Livre», sempre largamente concorridas, merecendo atenções do despreocupado transeunte, desconhecedor da história das ruas que diáriamente percorre.

Como é hábito em Portugal de tudo se dizer mal, houve quem debicasse na boa rota em que singrava a nossa Nau Lisboeta, o que deu azo ao Sr. Pastor de Macedo escudar-se na liça do jornalismo em defesa da sua dama com um oportuno artigo, publicado no *Diário de Lisboa* de 17-6-937, sob o sugestivo título «Temas da Actualidade» que principia e termina com os sensatos períodos:

«Lançada a ideia de se formar um grupo de «Amigos de Lisboa» ela oscilou durante anos entre o entusiasmo dalguns e a indiferença doutros, dando assim ocasião a que dela se apossasse quem o quizesse fazer. Um dia, meia dúzia de lisbonenses decidem-se a formar a comissão organizadora e a ela juntaram-se depois outros alfacinhas, e com o número de 100 sócios, funda-se o Grupo «Amigos de Lisboa»! Sucedeu isto no ano passado. (referia-se ao ano de 1936).

«Havemos de falar, de defender as ideias que podem ser defendidas, de combater as que devem ser combatidas, mas primeiro mostremos que somos capazes de fazer mais alguma coisa do que falar. Além disso o Grupo mantém as melhores relações com as entidades oficiais, a quem directamente pode fazer chegar os seus alvitreos ou os seus reparos...»

— E a batalha continua, (a bem de Lisboa). As iniciativas felizes sucedem-se umas após outras. Em Janeiro de 1938, apresenta-se o primeiro número do Boletim «Olisipo», que actualmente já conta 93 números publicados, em Maio de 1938 após aturadas diligências o sócio fundador que exercia o honroso cargo de Secretário-Geral, instala definitivamente a sede do Grupo no andar-nobre da antiga casa do Marquês de Nisa, na Rua Garrett, 62-2.º. Foi um acontecimento lisbonense que

consolidou os pequenos tijolos com os quais vamos construindo o nosso muro, sobre onde qualquer dia se colocará também um telhado, como então profetizou o nosso actual Director-Tesoureiro Sr. Hugo Raposo. Actualmente possuímos uma sede mais condigna, com óptimas instalações (que muito nos enaltece) melhoramento de vulto, obtido em condições económicas e de forma inteligente pelo nosso activo Secretário-Geral Ex.^{mo} Sr. Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves. É ainda o Sr. Luís Pastor de Macedo que no 20.º aniversário da fundação do Grupo, discursando, nos disse, que foram difíceis os primeiros tempos da agremiação, principalmente por causa da incredulidade de muitos, que o supunham de efémera existência. Todavia o amor à cidade de Lisboa galvanizou os que o fundaram, vencendo-se contrariedades. E o sonho transformou-se em consoladora realidade. E, o Sr. Dr. Leitão de Barros, um dos 14 pioneiros que ergueram este padrão de fé em defesa da «Mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa», nos seus debicantes «Corvos» define a índole deste agrupamento com a sua acérrima prosa — O lisboeta de gema, rico de pitoresco e de amor à cidade, à noite senta-se à mesa da Direcção dos «Amigos de Lisboa», entre Lentes da Universidade, Médicos, Académicos, Grã-Cruzes, Jornalistas, — pois assim é Democrática esta Agremiação.



PALAVRAS

proferidas, pelo Secretário-Geral, Doutor Eduardo Neves, na Assembleia-Geral de 27 de Março p.p., no acto da posse dos Corpos Gerentes eleitos

SENHORES PRESIDENTES:

Porque sinto e me foi solicitado que, entre tantos dos que vieram, alguns esperam ouvir uma palavra minha, como Secretário-Geral, esse Director — é bom acentuá-lo, porque muitos, parecem julgá-lo um empregado — que é simultâneamente, autor e executor, criticado porque faz e censurado porque não fez.

No largo período em que tenho sido Secretário-Geral, já lá vão nove anos, depois de ter sido Tesoureiro nas primeiras Juntas Directivas, tudo me têm chamado, desde ditador até rotineiro, e invulnerável a tudo continuei; agora, querendo aproveitar a necessária mudança de rumo, que é mister dar ao Grupo, para o integrar nas necessidades e predilecções da hora presente, que não na mudança de preceitos ou alterações da nossa ética de princípios, quis-me apagar afastando-me, mas um grupo de amigos impediu-me de o fazer, e porque não costumo desertar, aqui estou, para agradecer a colaboração de todos, a presença de V. Ex.^{as} e em nome da Junta Directiva saudar os que vieram.

Como programa da comemoração dos nossos vinte e cinco anos a última Assembleia-Geral, já o determinou. Será executado como nos cumpre. Sobre actividades futuras a Junta Directiva agora renovada com elementos novos, tomará as resoluções consentâneas com a alta categoria dos seus membros, os novos e os reconduzidos, e o determinado nos nossos Estatutos, que na necessidade das remodelações, não inclui, evidentemente, qualquer alteração dos fins para que o Grupo foi fundado.

Sinto que não esfriou o entusiasmo e a isenção que animou os fundadores do Grupo e que temos que continuar o proceder apolítico e agnóstico que temos mantido, apolítica e agnosticismo que tem limites nas relações diárias com as entidades oficiais e governamentais que temos de manter, sobretudo nas actuais circunstâncias.

Lisboa, é nossa Deusa, para ela vivemos com o nosso afã, mas Lisboa é Portugal e Portugal faz parte do Mundo que queremos são e moral e só assim merece a pena vivê-lo.

Lisboa é nesse particular altamente sensível e receptiva, por ser cabeça de Império, cais da Europa à beira-mar plantado, empório de muitas e variadas gentes, graças a Deus oásis de paz e vida calma.

Assim a queremos e por isso pugnaremos, eis um programa que se executará, certamente com o consenso de todos. Do auxílio que espero, os meus agradecimentos, que sob ser solicitado é obra de caridade, por auxiliar os que, como eu, têm sede de bem servir e sentem e agradecem o bem que lhe fazem, como também muito se sentem com o mal que lhe queiram fazer.

A todos V. Ex.^{as} muito obrigado por tudo, principalmente por terem vindo, uma prova do vosso vivo interesse e uma promessa da vossa maior colaboração. Seguiremos com isenção e desinteresse todos pelo Grupo e só pelo Grupo e sempre A BEM DE LISBOA.



ACTIVIDADE CULTURAL

do Último Trimestre

EM Janeiro do corrente ano houve as convocações da Assembleia-Geral ordinária em 14 e 30, respectivamente primeira e segunda convocações, para a eleição dos Corpos Directivos do triénio 1961-63, o Relatório e Contas da Junta Directiva, parecer da Comissão de Contas e programa das Comemorações do XXV aniversário do Grupo. Os três últimos documentos foram aprovados e publicam-se neste número.

A 15 e 22 realizaram-se visitas guiadas ao Museu de Arte Contemporânea, que reuniram grande número de sócios que ouviram as prelecções do nosso consócio Sr. Prof. Armando de Lucena que obsequiosamente os acompanhou.

A 26 realizou-se a visita cultural à Exposição Cartográfica e Iconográfica comemorativa do 5.º centenário da morte do Infante D. Henrique relativa às Províncias Ultramarinas, patente no Salão Principal do antigo Palácio da Ega à Junqueira.

Os «Amigos» foram recebidos pelos organizadores da Exposição, o Director do Arquivo Ultramarino, Sr. Dr. Alberto Iria e as suas colaboradoras, Sr.^{as} Dr.^a D. Natália Carqueijeiro e D. Raquel Pousão Lopes. A visita reuniu cerca de uma centena de associados.

No mesmo dia, à noite, realizou-se a 36.^a sessão dos *Colóquios Olisiponenses*, tendo o Sr. Mário de Sampaio Ribeiro apresentado uma nota sobre *A data da morte do Padre Mestre Filipe de Magalhães* e o Dr. Eduardo Neves lido algumas notícias engraçadas, referentes a Lisboa e publicadas no *Gabinete Literário das Fontainhas*, que se publicou em Goa em 1846. Presidiu o Secretário-Geral e a comunicação do Sr. Sampaio Ribeiro foi lida pelo nosso Director-Tesoureiro.

Em Fevereiro, a 17, realizou-se uma visita de estudo ao serviço social da Manutenção Militar. Os visitantes foram recebidos pelos Director e Subdirector do estabelecimento e pelo Chefe dos Serviços, respectivamente os Srs. Coronel Tirocinado Manuel Domingos, Tenente-Coronel José Henrique de Sousa, nosso consócio, e Tenente Pimenta. Esta visita despertou grande interesse pelos eficientes serviços que presta e esplêndidas instalações que tem a organização visitada.

A 23, realizou-se na sede uma conferência do Sr. Dr. Luís de Oliveira Guimarães que brilhantemente referiu episódios da vida do



Assistência ao acto de posse dos Corpos Directivos

Chiado sob o título *Eça de Queiroz e o Chiado*, que o nosso boletim publica neste número. Presidiu o Secretário-Geral.

Em Março houve duas realizações culturais; uma a 19 tendo sido visitados o Palácio e Quinta Cadaval em Pedrouços onde estão instalados os serviços do Instituto de Altos Estudos Militares e onde foi construída a nova Messe dos oficiais do exército. O que resta do Palácio e dos Jardins, as novas construções e a moderna Messe mereceram alto interesse aos visitados que amavelmente foram recebidos pelo Director do Instituto o antigo Ministro Sr. General Manuel Gomes de Araújo e por vários oficiais que nos acompanharam

na visita sob a orientação do Sr. Coronel de Engenharia Cortês dos Santos. Mereceu particular interesse a nova Messe construída em edifício próprio, de moderna traça, onde, aos visitantes, foi oferecido um cálice de Porto. Como nota curiosa há a referir que as instalações são de tal maneira notáveis que alguns dos seus frequentadores já classificam a Messe com o título de *Ritz fardado*.

A 23, o conhecido publicista Sr. Nuno Catarino Cardoso realizou, na sede, perante numerosa assistência, uma notável conferência sob o título *Alguns episódios pouco conhecidos ou já esquecidos da vida de Camilo Castelo Branco*. Esse notável apontamento camiliano é publicado neste número de *Olisipo*.



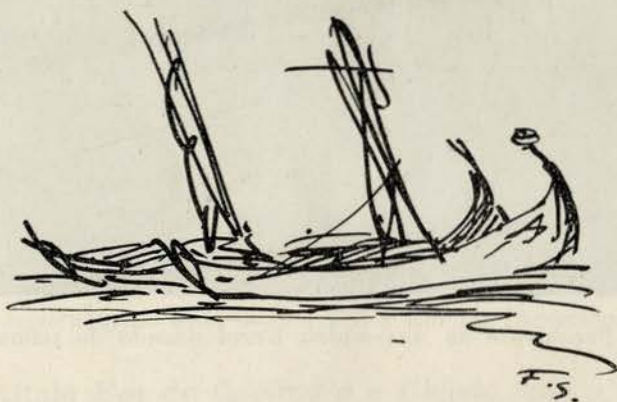
O Presidente da Assembleia-Geral usanda da palavra

A 27 de Março realizou-se, na sede, a posse dos novos Corpos Gerentes do Grupo para o triénio 61-63, sob a presidência do Presidente cessante da Assembleia Geral, Sr. Prof. Doutor Freitas Simões, que usou da palavra bem como o seu sucessor o Prof. Doutor Raul de Carvalho que fez circunstanciada resenha da actividade do Grupo. Usaram também da palavra o Secretário-Geral e o sócio fundador Sr. Teodoro Lopes Ramos. Os discursos dos Srs. Presidente, Vice-Presidente da Assembleia-Geral e Secretário-Geral da Junta Directiva também se publicam neste número do *Olisipo*. Nesse dia foram recebidas as seguintes ofertas: do Sr. Ministro Dr. Amadeu Ferreira de Almeida,

a segunda edição do seu *Dicionário excêntrico* e do Sr. Teodoro Lopes Ramos as seguintes obras:

- A Rua da Junqueira* — Artur Lamas — Lisboa, 1922
Estética Cidadina — Ribeiro Christino — Lisboa, 1923
Lisboa do romantismo — Mário de Almeida — Lisboa, 1916
A Cidade - Formiga — Mário de Almeida — Lisboa, 1918
Alfacinhas — Alfredo Mesquita — Lisboa, 1910
D. Pedro e D. Inês — Antero de Figueiredo — Lisboa, 1914
D. Sebastião — Antero de Figueiredo — Lisboa, 1924
Leonor Teles flor da altura — Antero de Figueiredo — Lisboa, 1916.

E. N.



Assembleia-Geral de 1961

Relatório da Junta Directiva do ano de 1960

(Último do triénio de 1958 / 1960)

Ex.^{mos} Consócios.

Vai o nosso Grupo entrar no próximo ano no 25.^o aniversário da sua fundação. A vetustez nos homens é diferente do que se passa nas associações ou grupos como o nosso. Nestes o que se passou ontem já dista e, sobretudo, difere, do que foi. A vida caminha em passos largos e, agora até atómicos.

Romântico, ainda — em 1936 — um grupo de lisboetas fundou esta instituição que, hoje, mercê dos esforços e colaboração dos seus associados, vive, ainda, adaptando-se tanto quanto possível às exigências da época e às circunstâncias do ambiente, sem perder as características iniciais.

Convictos de que algo se fez e certos de que nem tudo foi feito, há que comemorar o facto e para isso uma comissão foi nomeada e V. Ex.^{as} hoje a confirmarão ao vir, ela, apresentar o seu programa.

Têm também V. Ex.^{as} que eleger os novos Corpos Directivos para o triénio que vai começar, tarefa que bem merece atenção e critério. Há que escolher bem e de acordo com os Estatutos, criando, sem a eles faltar, nova forma de agir de acordo com a época, o sentir e o desejo dos sócios.

Não só de pão... é prolóquio comum, e também não é só de conge-minações, estudos e rebuscas que vivem as agremiações do tipo da nossa, é preciso fazer extenção da acção cultural para instruir, propagandear ideias e, enfim, viver e conviver.

Este proselitismo, desinteressado e voluntário, única forma de ser, efectivamente, eficaz, tem de ser pertinaz e oportuno.

Parece-nos que, tanto quanto possível, para o Grupo e para quem o realizou o tem sido e bem merece a nossa instituição, que em vinte e cinco anos tem cumprido A BEM DE LISBOA.

Nestes Relatórios repete-se, em síntese, o já dito nos anteriores, mas é sempre oportuno por demonstrativo de acção.

No ano findo realizaram-se:

Visitas culturais na cidade	15
Visitas culturais fora de Lisboa	6
Conferências	5
Colóquios	3
Passeios no Tejo	1
Exposições	1
Sessões de cinema, no SNI	1

O número de ofícios expedidos pela secretaria foi de 375.

No campo da actividade cultural o Grupo tomou parte no Cortejo Fluvial Antoniano a convite da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, em barco por nós fretado. Comparticipou nas comemorações Condestabrianas e Henriquinas com uma romagem a Aljubarrota e à Batalha, e deslocou-se a Vila Viçosa em visita aos melhoramentos do Museu da Restauração ali instalado e a Odrinhas em visita ao Museu Arqueológico lá existente e que contém tantas espécies e recordações lisiponenses. Dos Colóquios, em boa hora começados, o último deste ano foi o 35.º; das conferências, duas foram de aproximação luso-brasileira e a sessão de cinema referiu-se ainda a recordar a nossa visita aos Açores e Madeira com a passagem de filmes a cores sobre aqueles arquipélagos.

Como de costume, a convite do Grémio Nacional de Editores e Livreiros de Portugal tomámos parte na Feira do Livro de 27 de Junho a 17 de Julho.

O movimento de sócios foi o seguinte:

Começámos em 1960 com	1.242
Admitimos durante o ano	76
Readmitimos	4
	80
	1.322
Faleceram... ..	28
Demitiram-se	52
	80
	1.242

pelo que entrámos em 1961 com o mesmo número de sócios, com que começámos em 1960.

Dos falecidos há a referir, primeiro, o nosso Vice-Presidente, o Prof. Doutor Joaquim Moreira Fontes, sempre solícito na sua cola-

boração e interesse, há bem pouco demonstrado na nossa visita a Sintra e Odrinhas, concelho a cuja Câmara presidia, e Museu que fundou e dirigia. Os estudos olisiponenses e o Grupo muito lhe ficam devendo.

Entre os restantes falecidos queremos destacar o nosso guarda-livros Fernando de Mascarenhas, o Dr. José Sabino Pereira, membro da nossa Secção de Estudos Económicos e Sociais, e o Reverendo Padre Ruela Pombo que nas suas publicações teve sempre referências amáveis para o nosso Grupo e o Prof. Doutor João Pereira Dias, antigo Director-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes que ao Grupo sempre dispensou o maior carinho e atenção. Mais vinte e três consócios a morte nos levou, cujos nomes, a seguir, se publicam e para todos vai a nossa saudade.

São eles:

- 46 — Prof. Doutor Joaquim Moreira Fontes
- 185 — Prof. Doutor João Pereira da Silva Dias
- 249 — Dr. Luís Paulo Menano
- 456 — Fernando Mascarenhas
- 473 — Dr. João Rodrigues de Oliveira
- 553 — Eng. Jacinto dos Reis Bettencourt
- 620 — Dr. João Boto de Carvalho
- 629 — D. Luísa Adelaide de Sommer Alzina
- 758 — Padre António Dias Borges
- 1359 — Tenente Francisco Alberto Martins da Cruz
- 1406 — Dr. António Fernando Sequeira Sottomaior
- 1434 — Augusto Sá da Costa
- 1477 — Henrique de Abreu Faro
- 1510 — Almirante Luís António de Magalhães Correia
- 1546 — Eng. João Qeiriol
- 1694 — Styrbjorn Lindstrand
- 1698 — Padre Manuel Ruela Pombo
- 1822 — Dr. José Sabino Pereira
- 2135 — Francisco Marques
- 2264 — Dr. José Ribeiro da Cruz
- 2304 — Eng. António Pinto
- 2322 — Francisco Gonçalves
- 2372 — Manuel de Jesus
- 2554 — Major José Júlio da Silva
- 2648 — João Correia de Oliveira
- 2742 — Serafim Castela
- 2847 — Rodrigo Bastos Nunes
- 2937 — António Pereira Rodrigues.

Sobre o movimento financeiro os livros e contas expostas falam por si, mas para melhor elucidação se publica o Balanço e a conta Resultados do exercício:

BALANÇO

Contas	Activo	Passivo
Móveis e Utensílios	22.216\$50	
Biblioteca	8.941\$32	
Quotas a receber	250\$00	
Consignatário da Feira do Livro		128\$00
Devedores e Credores	135\$75	12.179\$65
Devedores e Credores c/ Consignação	826\$00	59.755\$97
Consignações c/ Própria		834\$00
Olisipo	11.943\$00	
Emblemas	162\$00	
Edições	4.984\$68	
Consignações c/ Alheia	62.857\$79	
Fundo Variável		44.592\$16
Resultados do Exercício		4.093\$96
Caixa	266\$70	
Caixa Geral de Depósitos	9.000\$00	
	121.583\$74	121.583\$74

Conta de Resultados do Exercício de 1960

Contas	Débito	Crédito
Contribuições	659\$70	
Receitas Diversas		513\$60
Feira do Livro	135\$90	
Cartões de Identidade		230\$00
Realizações Culturais		10.136\$10
Olisipo	11.105\$60	
Emblemas		160\$00
Gastos Gerais	121.935\$33	
Edições		2.110\$34
Quotas e Jóias		116.850\$10
Consignações de C/ Alheia		7.930\$35
Resultados do Exercício	4.093\$96	
	137.930\$49	137.930\$49

Queremos acentuar que o saldo positivo foi de Esc. 4.093\$96. Este saldo só se tornou positivo por termos juntado o saldo positivo das Realizações culturais de Esc. 10.136\$10.

Além das despesas mencionadas em Gastos Gerais e sem que fosse afectar o resultado do exercício, enriquecemos a nossa biblioteca com obras compradas no valor de Esc. 3.317\$90 e adquirimos móveis necessários na nossa Sede no valor de Esc. 4.650\$00. Este enriquecimento de valores quer no mobiliário quer na biblioteca, só foi possível por termos à nossa disposição as verbas que avaramente temos acumulado dos exercícios anteriores.

É o que nos cumpre trazer ao conhecimento da Assembleia-Geral que vai julgar os nossos actos e escolher grande número dos nossos sucessores, como os Estatutos determinam, e é mister.

Deus permita o faça, como esperamos e é natural, escolhendo os melhores e que eles tragam a par da melhor boa-vontade de servir e lufada de ar novo, aquelas transfusões que previdentemente os Estatutos marcam, obrigando periodicamente a renovação dos seus elencos directivos, necessária ao rejuvenescimento da nossa vida associativa.

Como de hábito a nossa Comissão de Contas deu-nos sempre prestimosa assistência e um dos seus membros, o seu secretário, Sr. Higinio Nunes da Silva, a quando da saída do nosso guarda-livros, prontificou-se, generosamente, a rever, reformar, e dirigir a escrita do Grupo. É por isso credor dos nossos maiores agradecimentos pela desinteressada tarefa a que se propôs e realizou. A Secção de Movimento Cultural e Propaganda e individualmente os seus membros, prestaram-nos sempre o melhor concurso com sugestões e colaboração efectiva. As outras Secções não houve que convocá-las.

Estranhos aos nossos quadros colaboraram connosco obsequiosamente o actual presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses o Académico Sr. Capitão Gastão de Melo de Matos, preleccionando sobre as escavações feitas em Aljubarrota, a quando da nossa Romagem Condestabriana, a poetisa brasileira Mariná de Moraes Sarmiento, que ofereceu para a nossa biblioteca os seus trabalhos, além dos amáveis cicerones das instituições visitadas dos quais queremos destacar o Dr. João de Figueiredo, Director da Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa.

Entre as visitas feitas merecem reparo a que se fez à sede da Sociedade de Instrução e Benificência «A Voz do Operário», que deu ocasião a que os respectivos Corpos Gerentes oferecessem ao Grupo uma placa com o emblema da instituição visitada, e a visita à Exposição Antoniana da colecção do Eng. Sr. Júlio Eduardo dos Santos, nosso consócio, na sede da Junta de Turismo do Estoril, expositor que teve o requinte de transportar, a suas expensas, os visitantes, em comboio especial, e a todos oferecer o interessante e valioso catálogo da Exposição.

O Grupo representou à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa sobre a possível conservação dos azulejos do antigo Café Royal, da Praça do Duque da Terceira, e aplaudiu a iniciativa da referida Ex.^{ma} Câmara

promovendo as escavações na Praça da Figueira, no local onde foi o Hospital de Todos-os-Santos que, a convite da mesma Ex.^{ma} Câmara, visitámos.

Durante o ano o Grupo recebeu a oferta de duas aguarelas com vistas olisiponenses da autoria do nosso consócio Sr. Eduardo St'Aubyn, que em Dezembro expôs nas nossas salas.

Propomos sejam aprovados os seguintes votos:

- a) de sentimento pelos sócios falecidos;
- b) de agradecimento aos nossos colaboradores nas realizações efectuadas durante o ano;
- c) de agradecimento às Ex.^{mas} Comissão de Contas e Secção de Movimento Cultural e Propaganda, e
- d) de agradecimento à Imprensa, à Emissora Nacional e outras Emissoras de Radiodifusão pelas suas obsequiosas e prestimosas colaborações.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1960.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Gustavo de Matos Sequeira

O SECRETÁRIO-GERAL E RELATOR

Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Dr. Alberto Gomes

O DIRECTOR-TESOUREIRO

Hugo Raposo

VOGAIS

Coronel José Maria Sardinha Pereira Coelho

Dr. Eugénio Mac-Bride

Prof. Doutor Raul de Carvalho

Prof. Doutor António Monteiro da Costa

PARECER
da
COMISSÃO DE CONTAS
relativo ao exercício de 1960

Ex.^{mos} Consócios.

No desempenho da nossa missão, como o percebeu o Art. 14.º e sua alínea *b*), dos nossos Estatutos, temos a honra de vos apresentar o nosso Parecer sobre o Relatório da Junta Directiva.

E porque acompanhámos com a maior assiduidade as actividades da Junta Directiva e verificámos convenientemente as contas do exercício, temos o prazer de vos propôr que aproveis:

- o Relatório e as contas presentes, e
- um voto de louvor à Junta Directiva pela sua diligente actuação.

Lisboa, 12 de Janeiro de 1961.

A BEM DE LISBOA

O PRESIDENTE

Dr. José Leitão de Barros

O SECRETÁRIO

Higino Nunes da Silva

O RELATOR

José Francisco de Oliveira

LISTA

DOS ACTUAIS CORPOS GERENTES

PARA O TRIÉNIO DE 1961/1963

Em 27 de Março p. p. e sob a presidência do antigo presidente da Assembleia-Geral foram empossados os corpos gerentes, completados depois pela resolução da Assembleia-Geral Extraordinária de 24 de Abril p.p., cuja lista a seguir se publica

Assembleia-Geral

Presidente

Prof. Doutor Raul de Carvalho

Vice-Presidente

Teodoro Lopes Ramos

1.º Secretário

Joaquim Pascoal Rodrigues

2.º Secretário

Dr. José Garrido Mendes da Cruz

Junta Directiva — Efectivos

Presidente

Prof. Doutor Fernando Freitas Simões

Vice-Presidente

Dr. Álvaro do Amaral Barata

Secretário-Geral

Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves

Secretário-Geral Adjunto

Fernando Dias Pereira

Vogais

Alfredo Ferreira do Nascimento
Dr. Alberto Gomes
Coronel Aníbal Afra Nozes
Eng. Júlio Eduardo dos Santos

Junta Directiva — Substitutos

Presidente

Prof. Doutor João Cândido de Oliveira
Marquês de Abrantes
Dr. José Cassiano Neves
Francisco d'Assis Oliveira Martins
João de Sousa Lara
Acúrcio Pereira
Joaquim Paço d'Arcos
José Pires Cardoso de Oliveira
Dr. Manuel Vicente Moreira

Comissão de Contas — Efectivos

Presidente

Mário da Conceição Costa

Secretário

Higino Nunes da Silva

Relator

José Francisco de Oliveira

Comissão de Contas — Substitutos

Presidente

Eng. Álvaro da Rocha Cabral

Secretário

Eng. Diogo Sobral

Relator

Luís de Jesus Moita

**Secção de Estudos Históricos e Defesa
do Património Olisiponense**

Dr. Durval Pires de Lima
Dr. João Couto
Eng. João dos Santos Simões
D. Julieta Ferrão
Mário Sampayo Ribeiro
Visconde de Santarém

Secção de Estudos Económicos e Sociais

Dr. Jaime Lopes Dias
Eng. José de Araújo Correia
Doutor José Henrique de Azeredo Perdigão
Prof. Doutor José Pires Cardoso
Dr. Luciano José de Oliveira Ribeiro
Mário da Conceição Costa

Secção de Estudos de Estética e Urbanização

Prof. Armando de Lucena
Eng. Diogo Sobral
Eng. D. Francisco de Mendia
Eng. Henrique Gomes da Silva
Jaime Martins Barata
Dr. José Leitão de Barros

Secção de Movimento Cultural e Propaganda

Alfredo Ferreira do Nascimento
Hugo Raposo
Brigadeiro José Alfredo do Amaral Esteves Pereira
Padre José Correia da Cunha
D. Julieta Ferrão
Mário da Conceição Costa



Feira da Ladra

Visitas cidadinas

COMPROU-SE, há pouco, para a Biblioteca do Grupo, um folheto de 16 páginas impresso em 1917 na Imprensa Africana de A. T. Carvalho, da Rua de S. Julião, 58 a 60, e que é a súpula orientadora da primeira visita promovida pela Academia de Estudos Livres e dirigida por Ribeiro Cristino.

O folheto que descreve o itinerário a percorrer, depois de uma descrição sumária de Lisboa dessa época e de um esboço histórico da sua fundação, começa por orientar a visita ao Castelo de São Jorge, seguindo nas suas cercanias e terminando na Mouraria, Bemfornoso e Poço do Boratém. Inclui duas gravuras, uma da porta de Martim Moniz e outra dum prédio, de ressalto e empena de bico, da Rua do Bemfornoso. O autor funda-se nas citações de Júlio de Castilho, Vieira da Silva, etc., e demora-se na descrição e transcrição de algumas lápides encontradas no percurso.

O curioso folheto deste precursor das actividades culturais que o nosso Grupo inaugurou há vinte e cinco anos, abre com um prefácio assinado pela Direcção da Academia que me parece interessante reproduzir e que diz:

«AOS LEITORES

Empreendendo a realização das Visitas Cidadinas e entregando-as à criteriosa

direcção de Ribeiro Christino, a Academia de Estudos Livres quiz fazer um trabalho útil e consciencioso, que servisse de guia para maiores e mais profundos estudos; e concorrer ao mesmo tempo para a *Educação Cívica* do nosso povo.

Com efeito, como se poderá ser *Um cidadão* — no verdadeiro significado da palavra — e desconhecer a terra, onde se vive e trabalha?

A *Educação cívica* não se faz por compendios, mas sim pelos ensinamentos da História, vincados nas tradições e nos monumentos da *Cidade* e da *Nação*.

É por esta *Leitura*, que se desenvolvem e arreigam as *virtudes cívicas*, estabelecendo-se a consciência da solidariedade, que liga o passado e o presente e condiciona o futuro.

Tal é a ideia, que sempre tem guiado os passos da Academia de Estudos Livres nas suas excursões e visitas de estudo, trabalhos de propaganda educativa, que teve a honra de inaugurar em Portugal.»

E assim, em 1917, começou uma actividade cultural com um notável cicerone.

E. N.

Um quadro olisiponense no Museu de Dôle

A propósito da nótula publicada no *Olisipo* n.º 93, acerca deste quadro, recebi uma amável carta do nosso consócio Ex.º Sr. Pierre Hourcade e a oferta da separata *Artistes Français au Portugal: Taylor, Dauzats, Blanchard*, do *Bulletin des Etudes Portugaises*, tomo XXI, Lisboa 1958, em que P. Gui-

nard, seu autor, descreve circunstanciadamente a estadia de Dauzats em Lisboa e refere dois quadros sobre o mesmo assunto; um pintado em 1838, que pertence, actualmente, ao Museu do Louvre e está depositado no Palácio do Senado e outro pintado em 1864, pertencente ao Museu de Dôle e que publicámos.

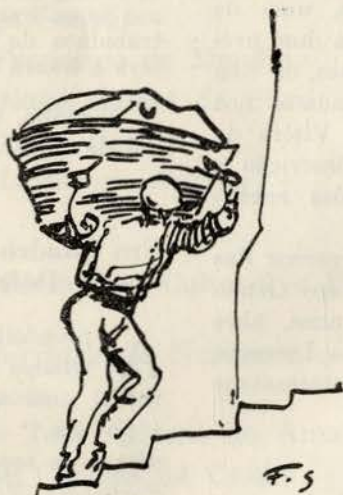
As variantes são de perspectiva e na representação das figuras existentes no primeiro plano, que, no quadro de Dôle, é um grupo de três pessoas, das quais duas, ajoelhadas, e no do Louvre um sacristão.

Dauzats esteve portanto em Lisboa em 1837-38 e em 1864, pintando de cada vez um quadro dos Jerónimos. O primeiro nunca foi exposto e o segundo foi adquirido pelo Imperador que o ofereceu ao

Museu de Dôle. O do Louvre mede $1,64 \times 1,04$; o quadro de Dôle, que o *Olisipo* publicou, mede $0,66 \times 0,49$. É pintado em madeira e pertence aos últimos que Dauzats, já bastante doente com a asma e doença da garganta, pintou. São de ler as considerações feitas a propósito de Dauzats, por P. Guinard, na obra referida e assim se esclarece e completa a nota que publiquei, trazendo ao conhecimento dos estudiosos um quadro olisiponense num Museu de França e agora outro semelhante no Palácio do Senado de Paris.

Aqui se agradecem as amáveis informações prestadas pelo grande amigo de Portugal que é o nosso consócio Pierre Hourcade.

E. N.



LIVROS

EDIÇÕES DO GRUPO E DOS SÓCIOS

78

VÁRIA

PREÇOS

Sócios Público

Evocação do Café Martinho	esgotado	
Noite de evocação do Leão de Ouro	13\$50	15\$00
Urbanização de Lisboa	4\$50	5\$00
Lisboa de ontem e de hoje do Sr. Rocha Martins	esgotado	
Olisipos (estão esgotados os números 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 34 e 43)... cada, dos que existem,	18\$00	20\$00
Evocação do Café-Restaurante Tavares	4\$00	5\$00
Jantar de Confraternização na Casa do Leão	4\$00	5\$00
A cor de Lisboa	13\$50	15\$00

A. VIEIRA DA SILVA

O Castelo de S. Jorge	13\$50	15\$00
A Ponte de Alcântara	13\$50	15\$00
Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa	13\$50	15\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	13\$50	15\$00

DR. ALFREDO DA CUNHA

Olisipo berço do periodismo português	13\$50	15\$00
--	--------	--------

ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

Algumas achegas para a História da Defesa de Lisboa	13\$50	15\$00
Os Banhos da Rocha do Conde de Óbidos	13\$50	15\$00
O Quartel de Campolide	13\$50	15\$00
O Quartel do Regimento do Conde de Lippe	13\$50	15\$00
A Torre do Bugio	18\$00	20\$00

DR. AMADEU FERREIRA DE ALMEIDA

Dicionário Excêntrico	36\$00	40\$00
--------------------------------	--------	--------

DR. ANTÓNIO DE QUADROS FERRO

O Enigma de Lisboa	7\$00	7\$50
-----------------------------	-------	-------

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA

A Igreja e o Sítio de Santo Estêvão	13\$50	15\$00
O Campo de Santa Clara	13\$50	15\$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha	9\$00	10\$00
Bagatelas de tempo vário	9\$00	10\$00

DR. EDUARDO NEVES

Uma recordação sebástica no Sítio da Luz	esgotado	
Um arcebispo Primaz	>	
João Alberto Pereira de Azevedo Neves	>	
Um desenho à pena da autoria de Júlio de Castilho	>	

DR. EDUARDO NEVESPREÇOS
Sócios Público

	Sócios	Público
Ruínas do Carmo		esgotado
Igreja da Penha de França		>
Faculdade de Medicina		>
Lisboa nos Ex-Libris		>
Lisboa na Numismática e na Medalhística		>
O Convento dos Barbadinhos Italianos		>
Do Sítio do Intendente		>
Lisboetas na Índia e Luso-Indianos em Lisboa		>
Alocuções		>
Homenagem a Matos Sequeira... ..	13\$50	15\$00
Dos selos pendentes do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa — Um notável selo de 1580	15\$00	20\$00
Um Pintor Romântico Francês em Lisboa, em 1837	10\$00	

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas	13\$50	15\$00
--------------------------------	--------	--------

FRANCISCO LEITE DE FARIA

Lisboa e S. Lourenço de Brindes	13\$50	15\$00
Alvorço na Lisboa setecentista à volta do Barbadinho Frei André de Búrgio	13\$50	15\$00
A Morte de S. Lourenço de Brindes e as homenagens que Lisboa lhe prestou	13\$50	15\$00

FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS

O Colégio de «Jesus» dos Meninos Órfãos da Mouraria	18\$00	20\$00
O Romance de Almeida Garrett nesta Lisboa	18\$00	20\$00

DR. GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital de Belém	18\$00	20\$00
D. Gilberto	13\$50	15\$00

GODOFREDO FERREIRA

Um ricaço lisboeta do século XVII		esgotado
--	--	----------

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João	9\$00	10\$00
Lisboa (Comédia)	18\$00	20\$00

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e sombras medievais	45\$00	50\$00
-----------------------------------	--------	--------

HUGO RAPOSO

Primeiro circuito da Lisboa Moderna em transporte colectivo ...	9\$00	10\$00
---	-------	--------

	PREÇOS	
	Sócios	Público
J. S. VIEIRA		
O Convento dos Marianos		esgotado
JOÃO MONTEIRO		
Estrada de Sacavém	27\$00	30\$00
JOAQUIM ROQUE DA FONSECA		
A Urbanização de Lisboa	13\$50	15\$00
JULIETA FERRÃO		
Lisboa 1870		esgotado
ENG. JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS		
Exposição Bibliográfica Antoniana — Junho de 1960 — Estoril ...	9\$00	10\$00
LUÍS MOITA		
A Ermida de Santo Amaro		esgotado
(1) Metropolitano e as «Sete Colinas» Olisiponenses	7\$00	7\$50
Santiago Rosiñol e a «Alegria que Passa»	12\$50	12\$50
LUIZ PASTOR DE MACEDO		
A Baixa Pombalina		esgotado
A Rua das Canastras	7\$20	8\$00
Ascendentes de Camilo	13\$50	15\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da Freguesia da Sé	9\$00	10\$00
Críticas, Correções e aditamentos à «Lisboa de ontem e de hoje» do Sr. Paulo Freire		esgotado
LUÍS TEIXEIRA		
O «Diário de Notícias» e o Século XIX	4\$00	5\$00
DR. MANUEL VICENTE MOREIRA		
Jardins de Lisboa e Porto	9\$00	10\$00
Lisboa Oriental	4\$00	5\$00
O Problema da Habitação	27\$00	30\$00
MÁRIO COSTA		
Da Rua Nova à Rua dos Capelistas	18\$00	20\$00
Duas Curiosidades Lisboetas — O Balão do Arsenal e o Tiro da Escola Politécnica	13\$50	15\$00
A Patriarcal Queimada	18\$00	20\$00
O Palácio do Manteigueiro	18\$00	20\$00
O Palácio Barcelinhos e o seu antecessor o Convento do Espírito Santo da Pedreira	18\$00	20\$00
Uma quermesse de caridade na Real Tapada da Ajuda	45\$00	50\$00
O Sítio de Santo Amaro	18\$00	20\$00
Dois faços de mato notáveis	13\$50	15\$00
Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra		esgotado

MARIO SAMPAIO RIBEIRO

	PREÇOS	
	Sócios	Público
A Igreja da Conceição Velha	9\$00	10\$00
A Igreja e o Convento da Graça	13\$50	15\$00
Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de St.ª Maria de Belém	45\$00	50\$00
A propósito da inscrição sepulcral do fundador da Ermida de N. S. da Oliveira de Lisboa	18\$00	20\$00
A Calçada da Ajuda		esgotado

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena Monografia a S. Vicente... ..	9\$00	10\$00
---------------------------------------	-------	--------

NUNO CATHARINO CARDOSO

Infante D. Henrique — Nótulas históricas	9\$00	10\$00
---	-------	--------

RUY DE ANDRADE

Como o artista Alfredo de Andrade encarava alguns problemas da edilícia citadina	9\$00	10\$00
--	-------	--------

DR. RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

Subsídios para Heráldica Tumular Moderna Olisiponense... ..	45\$00	50\$00
A Quinta da Torrinha ao Vale do Pereiro	18\$00	20\$00

ROBERTO DIAS COSTA

A Paróquia de S. Jorge de Arroios		esgotado
--	--	----------

TINOP

Lisboa de Outrora, 2.º e 3.º vols. cada	13\$50	15\$00
--	--------	--------

PAPELARIA CAMÕES

DE

AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO, LDA.

Pincéis, telas, tintas de óleo, aguarelas e guaches
das melhores marcas nacionais e estrangeiras

LISBOA, 2 — 42, Praça de Luís de Camões, 43 — TEL. 2 30 63



GAIVOTAS, LDA.

FABRICA DE VIDROS E CRISTAIS

Fundada em 1811 Telef. 6631 77/78

Especializada em todo o género de vidraria para iluminação, frascaria para perfumaria e laboratórios e artigos domésticos

A alta qualidade do seu fabrico corresponde a preferência dada aos seus produtos por uma vasta Clientela da Metrópole, Ultramar e Estrangeiro

Fábrica: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 a 24

Escritório: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 20-C 1.º

Casa de venda ao público: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 a 24

LISBOA

Companhia Nacional de Navegação

Sede: Rua do Comércio, 85 — LISBOA — Telefones 2 30 21 e 2 30 26

Sucursal: R. Infante D. Henrique, 63 — PORTO — Telefones 2 24 38 e 2 24 39

Serviço rápido de carga e passageiros para a África
Occidental e África Oriental, Oriente e Norte da Europa

UMA FROTA AO SERVIÇO DA NAÇÃO E DO IMPÉRIO

Navios de passageiros	Tons. D. W.	Tons. desloc.		Navios de carga	Tons. desloc.	Tons. D. W.
Moçambique	9.423	18.220		Sofala	12.145	18.520
Angola ...	9.550	18.250		Moçâmedes ...	9.120	12.990
Niassa ...	9.706	16.330		Rovuma	9.120	12.990
Quanza ...	6.230	11.550		S. Tomé ..	9.050	12.550
Índia	6.655	11.677		Nacala	3.370	5.130
Timor	6.655	11.677		Tagus	1.532	2.581
Zambézia ...	1.857	3.538		Chinde	1.543	2.592
Lúrio	1.857	3.538		Angoche ..	1.630	2.320
Save	1.330	2.680				

Em construção:

Príncipe Perfeito — 20.000

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

Grandes e pequenas quantidades

LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58

• Telef. 2 8663

• LISBOA

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

●
**ON PARLE
FRANÇAIS**

Rua Augusta, 161 - Telef. 2 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA

●
**ENGLISH
SPOKEN**

Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X.
PORTO

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

Capital Realizado Esc. 200.000.000\$00

Reservas Esc. 230.000.000\$00

RUA DO COMÉRCIO, 95 A 119

L I S B O A

Filiais - Porto, Coimbra, Braga, Covilhã, Faro, Guimarães e Ponta Delgada.

Agências - Abrantes, Alferrarede, Amadora, Anadia, Castelo Branco, Espinho, Estoril, Figueiró dos Vinhos, Gouveia, Guarda, Leiria, Mangualde, Matosinhos, Montemor-o-Novo, Montijo, Moura, Olhão, São João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Torres Vedras, Tortozendo, Trofa e Vila Franca de Xira.

Dependências urbanas:

LISBOA - Alcântara, Almirante Reis, Belém, Benfica, Camões, Campolide, Campo Grande, Conde Barão, Graça, Poço do Bispo, Praça do Brasil, Praça do Chile, Praça Duque Saldanha, Praça de Londres e Rossio.

PORTO - Carvalhinho, Costa Cabral e Mousinho da Silveira.

●
TODAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS

BERTRAND (IRMÃOS), LDA.
Artes Gráficas

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA
LITOGRAFIA
ROTOGRAVURA
"OFFSET" - DESENHO

Travessa da Condessa do Rio, 7
Telef. 21368 - 21227 - 30054 — LISBOA

A
LEGAL & GENERAL

agradece aos
«AMIGOS DE LISBOA»
a preferência que lhe têm
dado, para os seus
contratos de seguros

Capital e Reservas:

350 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

Na

**LIVRARIA
PORTUGAL**

... encontra V. Ex.ª livros sobre
todos os assuntos escritos nas
principais línguas europeias

Damos informações biblio-
gráficas e aceitamos enco-
mendas para todos os países

**LIVRARIA
PORTUGAL**

Rua do Carmo
70

Telefones: 30582 - 30583 - 28220
Secção de revenda e armazéns
Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2

Pérola do Rossio

Limitada

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas

para

Todo o País e Estrangeiro

Rossio, 105 • Lisboa • Telef. 20744

confiante...



A COMPANHIA DE SEGUROS

IMPÉRIO

assegura-lhe o seu futuro

seguros em todos os ramos

RONDA DOS BAIRROS



ALGÉS

ALGÉS não pertence ao concelho de Lisboa, mas por tal forma se acha ligado à vida desta cidade que ninguém, estamos certos, nos levará a mal incluímos Algés nestas curtas resenhas de propaganda dos bairros da Capital.

Disposto à beira Tejo e a meia encosta, Algés dispõe de um clima, de uma luminosidade e de um desafogo que o tornam singularmente acolhedor.

O seu glorioso «Sport Algés e Dafundo», com piscinas de Verão e de Inverno, a sua praia popular e o «Aquário Vasco da Gama», onde se guardam raríssimas espécies marinhas, são outros tantos motivos que convidam a conhecer Algés, sobretudo nas tardes e noites de Verão.

Janela aberta para a Costa do Sol, Algés pode considerar-se um traço de união entre Lisboa e Cascais, e o sítio mais acessível para disfrutarmos as delícias panorâmicas do Tejo, num ambiente extraordinariamente convidativo e excepcionalmente repousante.

Para Algés servem as carreiras de «eléctricos» n.º: 15, 15-A e 15-B; e as de autocarros n.º: 12 (por Sapadores, Rua D. Maria Pia e Belém); 23 (Desterro, P. Marquês de Pombal, Montes Claros e Caselas); e 29, que parte das Portas de Benfica e atravessa o Parque Florestal de Monsanto.



NA LISBOA
DE ONTEM



E

NA LISBOA
DE HOJE



COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACOL